

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANA PAULA ARAÚJO DOS SANTOS
LÉIA BARBOSA DO NASCIMENTO

RELAÇÃO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA/AGRESSIVIDADE ESCOLAR:
UM ESTUDO COM ALUNOS DO 3º ANO DA EMEF *PRIMAVERA* (2014-2017)

Macapá

2018

ANA PAULA ARAÚJO DOS SANTOS
LÉIA BARBOSA DO NASCIMENTO

RELAÇÃO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA/AGRESSIVIDADE ESCOLAR:
UM ESTUDO COM ALUNOS DO 3º ANO DA EMEF *PRIMAVERA* (2014-2017)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), como pré-requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora:
Profa. Dra. Norma Iracema de Barros Ferreira.

Macapá

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Bibliotecária Orinete Costa Souza CRB-11/920

362.76

S237r Santos, Ana Paula Araújo dos.

Relação violência doméstica/agressividade escolar: um estudo com alunos do 3º ano da EMEF Primavera (2014-2017) / Ana Paula Araujo dos Santos, Léia Barbosa do Nascimento; orientadora, Norma Iracema de Barros Ferreira. -- Macapá, 2018.

60 f.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Pedagogia.

1. Crianças – Maus-tratos. 2. Crianças e violências. 3. Escola-Família. 4. Violência na escola. 5. Agressividade (psicologia) em crianças. I. Nascimento, Léia Barbosa. II. Ferreira, Norma Iracema de Barros, orientadora. III. Fundação Universidade Federal do Amapá. IV. Título.

**ANA PAULA ARAÚJO DOS SANTOS
LÉIA BARBOSA DO NASCIMENTO**

**RELAÇÃO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA/AGRESSIVIDADE ESCOLAR:
UM ESTUDO COM ALUNOS DO 3º ANO DA EMEF *PRIMAVERA* (2014-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), como
requisito obrigatório para obtenção do grau de
Licenciatura em Pedagogia.

Data da Aprovação:

07/02/2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Norma Iracema de B. Ferreira
Orientadora (UNIFAP)

Prof. Ms. Almiro Alves de Abreu
Membro (UNIFAP)

Profa. Dra. Selma Gomes da Silva
Membro (UNIFAP)

A Deus, por ter me concedido saúde e disposição para concluir este trabalho.

A Deus, que sem ele seria impossível a conclusão desse trabalho.

Aos meus pais, que me deram suporte para conciliar as atividades acadêmicas superando as dificuldades diárias.

Ao meu pai, José Costa, *in memoriam*, que confiou em mim e nunca desistiu de lutar por um sonho que foi muito mais seu do que meu.

Ao meu filho Heitor e esposo Paul, que são meu porto seguro, onde sei que sempre poderei ancorar a minha vida, independentemente de meus sucessos e fracassos.

Ao meu marido Helon, que esteve presente até nas horas mais difíceis.

A todos os que direta ou indiretamente contribuíram à realização deste.

Aos profissionais de educação que acreditam e se dedicam em transmitir não somente o conhecimento, mas também valores essenciais de cidadania para a vida.

Lívia Barbosa de Nascimento

Ana Paula Araújo dos Santos

AGRADECIMENTOS

À Professora orientadora, Dra Norma Iracema, pela paciência e competência com a qual conduziu a orientação.

À Diretora, Coordenadora Pedagógica, Professora, Pais e/ou responsáveis dos alunos da escola pesquisada, pela colaboração enriquecedora.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram à realização deste trabalho.

Ana Paula Araújo dos Santos

À Professora orientadora, Norma Iracema, pela dedicação e paciência ao orientar-nos.

À Direção, à Coordenação, aos pais e aos alunos da escola-campo.

À minha sogra, Professora Ana Lúcia Silva da Silva, pelo apoio bibliográfico e auxílio financeiro para subsidiar a realização deste trabalho.

A todos que direta ou indiretamente somaram para tornar este sonho realidade.

Léia Barbosa de Nascimento

“A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota.”

Jean-Paul Sartre

RESUMO

Este trabalho aborda a relação entre violência doméstica e a agressividade escolar, envolvendo alunos do 3º ano das séries iniciais, que apresentam comportamentos agressivos e possuem histórico de exposição à violência familiar (física, verbal e psicológica), da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), com nome fictício *Primavera*. Sendo a violência doméstica um problema social que atinge diversos lares, convém observar as variáveis da violência na escola-campo, partindo da seguinte problemática: Qual a percepção de Pais e/ou Responsáveis acerca da possível relação maus-tratos familiares e agressividade escolar? O Aluno que apresenta comportamento agressivo na escola também possui a mesma conduta em casa? Como a Coordenação Escolar tenta resolver casos de agressividade escolar? O Professor consegue identificar os fatores responsáveis por comportamentos agressivos dos alunos? A hipótese consiste em afirmar que a exposição das crianças à violência familiar aumenta a incidência de comportamentos agressivos na Escola. Para preservar a identidade da escola pesquisada, dos educandos, pais e equipe técnica, optou-se por intitular a escola-campo com um nome fictício, atribuindo a ela a seguinte designação: Escola Municipal de Ensino Fundamental *Primavera*. O objetivo constou de investigar se as crianças do 3º ano das séries iniciais da EMEF *Primavera* que apresentam comportamentos agressivos, quando comparadas a crianças que não apresentam tais comportamentos, têm histórico de maior incidência de exposição à violência familiar. Configuraram como sujeitos da pesquisa alunos 3º ano da turma 311 - EMEF *Primavera*, a Professora regente da turma, os Pais e/ou responsáveis pelos alunos e a Coordenadora Pedagógica. O estudo é de caráter qualitativo, abordando técnicas de Observação Direta extensiva, utilizando-se como instrumentos Formulário (alunos) e Questionário (Professora, Pais e/ou Responsáveis pelos alunos e a Coordenadora Pedagógica). Constatou-se que as crianças expostas à violência doméstica apresentam agressividade escolar, além de apatia, e que o conhecimento da professora e equipe técnica a respeito do assunto facilita o enfrentamento deste tipo de violência. Por fim, ficou demonstrado que o comportamento agressivo dos alunos não é novidade para os profissionais da educação, que diariamente devem buscar alternativas para combater este mal que possui raízes na família.

Palavras-chave: Escola-Família. Indisciplina. Violência Doméstica. Agressividade Escolar.

ABSTRACT

This study deals with the relationship between domestic violence and school aggressiveness, involving students in the 3rd year of the initial grades, who present aggressive behavior and have a history of exposure to family violence (physical, verbal and psychological), the Municipal School of Elementary Education (EMEF), with the fictitious Spring name. Since domestic violence is a social problem that affects several homes, it is important to observe the variables of violence in the school-camp, starting from the following problematic: What is the perception of Parents and / or Responsible about the possible relation family maltreatment and school aggression? Does the student who has aggressive behavior at school also have the same behavior at home? How does School Coordination try to solve cases of school aggression? Can the Teacher identify the factors responsible for the aggressive behaviors of the students? The hypothesis is that the exposure of children to family violence increases the incidence of aggressive behaviors in the school. In order to preserve the identity of the researched school, learners, parents and technical staff, it was decided to name the school-field with a fictitious name, assigning to it the following designation: Escola Municipal de Ensino Fundamental Primavera. The aim of this study was to investigate whether the children in the 3rd year of the initial series of EMEF Primavera who present aggressive behaviors, when compared to children who do not present such behavior, have a history of a higher incidence of exposure to family violence. They set up as subjects of the research students 3rd year of the group 311 - EMEF Primavera, the teacher regent of the class, the Parents and / or responsible for the students and the Pedagogical Coordinator. The study is of a qualitative nature, addressing Extensive Direct Observation techniques, using Form (students) and Questionnaire (Teacher, Parents and / or Student Responsibility and Pedagogical Coordinator) tools. It was found that children exposed to domestic violence present school aggression, as well as apathy, and that the teacher's knowledge and technical team about the subject facilitates the confrontation of this type of violence. Finally, it was demonstrated that the aggressive behavior of the students is not new for the professionals of the education, who daily must look for alternatives to fight this evil that has roots in the family.

Keywords: School-Family. Indiscipline. Domestic violence. School Aggressiveness.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	09
1	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS: COM A PALAVRA LEGISLADORES E TEÓRICOS DA ÁREA	12
2	AGRESSIVIDADE ESCOLAR: O QUE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA TEM A VER COM A SITUAÇÃO?	19
2.1	DO TEMA À JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	19
2.2	DO <i>LOCUS</i> AOS SUJEITOS DA PESQUISA	21
2.3	ESTRUTURA E HISTÓRICO DA EMEF <i>PRIMAVERA</i>	22
2.4	ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS	25
2.4.1	Categoria: Alunos do 3º ano do Ensino Fundamental	26
2.4.2	Categoria: Professora da turma 311-A e Pais e/ou Responsáveis pelos alunos	32
2.4.2.1	A Professora	32
2.4.2.2	Pais e/ou Responsáveis pelos alunos	32
2.4.2.3	Da aplicação do Questionário à Professora da turma e aos Pais e/ou Responsáveis pelos alunos tratando da relação violência doméstica/agressividade escolar.....	33
2.4.3	Categoria: Coordenadora Pedagógica da EMEF <i>Primavera</i>	42
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	50
	APÊNDICE A – Roteiro do Formulário aplicado aos Alunos	54
	APÊNDICE B – Roteiro do Questionário aplicado à Professora	55
	APÊNDICE C – Roteiro do Questionário para Pais e/ou Responsáveis pelos alunos.....	56
	APÊNDICE D – Roteiro do Questionário aplicado à Coordenadora Pedagógica.....	58
	ANEXO A – Extrato do Livro de Ocorrências da EMEF <i>Primavera</i>	59

INTRODUÇÃO

A violência doméstica cometida contra crianças e adolescentes é um fenômeno cada vez mais crescente, relacionado à incapacidade de defesa das vítimas. Essa modalidade de violência envolve abusos físicos e psicológicos, abandono, exploração. É indiscutível que esses tipos de violência deixarão marcas não somente no corpo de suas vítimas, assim como também outras tantas que irão refletir em suas relações sociais e cognitivas, e poderão prejudicar sua capacidade de socializar-se, de aprender e desenvolver relacionamentos positivos com a sociedade.

Quanto ao conceito de violência doméstica, é de difícil definição em razão de sua natureza complexa. Azevedo e Guerra (1998) desenvolveram o seguinte:

[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que as crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Dessa forma, fica evidenciado que a violência praticada contra crianças e adolescentes não é caracterizada apenas por abusos físicos, tratando-se de um fenômeno social que sempre existiu. Atualmente o seu entendimento tem dimensões “multifacetadas,” sendo considerada por especialistas e organizações humanitárias como uma questão epidêmica. Há vários tipos de violência contra crianças e adolescentes, que vão além daquelas cometidas por familiares, que podem ser caracterizadas como: ausência ou deficiência de Políticas Públicas, que acabam por negar, ameaçar ou violar direitos legalmente adquiridos à criança e ao adolescente, bem como a incitação à violência interpessoal contra pessoa ou grupo, atingindo sua condição biopsicossocial. Embora os agressores possam ser muitos, os maus-tratos contra a criança são praticados na maioria dos casos por aqueles que mais deveriam prezar pela sua segurança: os pais e/ou responsáveis.

A família é o grupo primordial no âmbito do desenvolvimento de sujeitos psíquicos singulares, bem como na formação ideológica do cidadão que a compõe. De acordo com Guareschi (2012), tanto serve para sustentar relações justas e éticas como serve para alimentar relações assimétricas, de dominação.

A origem etimológica da palavra família assume conotações instigantes quanto às suas derivações sociais. Família, do vocábulo latino *famulus*, significa servo ou escravo, do que se entende que primitivamente a família era considerada um conjunto de servos ou criados de

uma pessoa. Dessa forma, as origens do termo traduzem a gênese da tipologia relacional estabelecida ao longo da História.

Osório (1996) destaca que a raiz etimológica se refere à natureza possessiva dos vínculos familiares entre os povos primitivos. O autor também considera que as concepções de poder e posse estão vinculadas às origens da família e à sua constituição grupal. A discussão aponta para a família como uma construção social, um grupo ativo na formação e transformação dos padrões culturais e afetivos.

A família, ao ser transformada, assimila, modifica e devolve à sociedade os elementos processados em seu interior que, por sua vez, os modifica, ratificando em um sistema simbólico, os mitos unificadores, os ritos de iniciação, os heróis tutelares, cuja função é sedimentar a ação dos membros da organização. Serve-lhe também para legitimar ações e conferir significados às suas práticas.

A criança ou o adolescente que não é respeitado no convívio familiar apresentará possivelmente um comportamento agressivo na Escola, que por ser o local em que tal indivíduo permanece por mais tempo – após o seio familiar –, haverá reprodução do que vivencia em casa. Assim, a violência sofrida no lar se reflete no ambiente escolar a cada dia, pois são cada vez mais recorrentes os casos de crianças que sofrem abusos por parte daqueles que mais deveriam prezar pela sua segurança: os pais e/ou responsáveis legais, o que torna o ato ainda mais devastador para a vida do indivíduo em desenvolvimento biopsicossocial.

A literatura consultada sobre a violência no ambiente escolar geralmente nos informa sobre a violência contra a Escola. Tais atos são praticados geralmente por ex-alunos ou alunos que se revoltam contra a própria Instituição, por não encontrarem nela nenhuma utilidade, por não se identificarem com o ambiente ou a cultura escolar e não perceberem nenhuma paixão ou interesse pelo que lá acontece.

No entanto, de acordo com Araújo, C. (2004) pode-se também considerar violência escolar, aqueles atos praticados pelos governantes ou gestores. Trata-se do abandono dos prédios escolares, quando há o desvio de verbas destinadas à Escola, quando há péssimos salários para os professores e uma desvalorização da profissão docente, despreocupação com as condições de trabalho, número excessivo de alunos por sala, mudanças constantes nas propostas educacionais, gerando uma grande insegurança e confusão nos agentes responsáveis pela condução dos destinos da Instituição.

A problemática apresentada originou-se no decorrer dos estudos acadêmicos das pesquisadoras, na disciplina Prática Pedagógica, após visitas a algumas escolas, bem como nos trabalhos de Estágio Supervisionado, quando as autoras deste estudo presenciaram

frequentes atritos envolvendo os educandos (brigas, ofensas verbais a professor, colegas e a outros membros da instituição). A investigação baseou-se na percepção de que o comportamento agressivo desses alunos estava relacionado a algum tipo de violência familiar por eles sofrida.

O trabalho contou com a seguinte estrutura: a seção 1 recebeu o título de Violência doméstica e comportamentos agressivos: com a palavra legisladores e teóricos da área. Quanto à seção 2, tratou de Agressividade escolar: o que a violência doméstica tem a ver com a situação? Esta seção englobou tema, justificativa e *locus*, subdividindo-se em categorias de análise dos dados empíricos, que envolveu o seguinte rol sujeitos da pesquisa: Alunos do 3º ano do Ensino Fundamental; Professora da turma; Pais e/ou Responsáveis pelos alunos e a Coordenadora Pedagógica da escola-campo.

Considera-se, enfim que, esta pesquisa, em sua finalização servirá também como apoio para a instituição pesquisada, como meio de tentar ajudar em futuros projetos pedagógicos no combate à violência escolar. Para o desenvolvimento deste estudo, optou se por uma escola da rede pública de ensino, localizada na área periférica da cidade de Macapá/AP, no bairro Perpétuo Socorro, a qual se denominou de *Primavera*, e que possui vários casos de violência escolar, constando apenas sua localização e área de entorno, mantendo-se o sigilo de seu nome, assim como o dos participantes envolvidos.

1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS: COM A PALAVRA LEGISLADORES E TEÓRICOS DA ÁREA

J. aos 2 anos presenciou a morte do pai, em favela, devido a tráfico de drogas. Sua mãe se encontrava presa. A tia paterna foi buscá-lo, encontrando-o sentado no chão, tentando pegar formigas para comer. Na casa desta tia mostrava-se arreadio, agressivo, não acatava ordens, não obedecia a regras. Seus pais adotivos batiam muito nele, comparando-o com um primo mais novo. (Caso denunciado ao Conselho Tutelar. J. saiu de casa, aos 12 anos de idade. (extraído de Maria Amélia AZEVEDO, no texto “Bibliografia seletiva anotada sobre prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes (2000-2007),” publicado pelo Laboratório de Estudos da Criança – LACRI, Santo André, 2008).

A violência não é uma, é múltipla. De origem latina, o vocábulo vem da palavra *vis*, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. Para Minayo (2005), em seu sentido material o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e à vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens. Segundo a autora, suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas segundo normas sociais mantidas por usos e costumes naturalizados ou por aparatos legais da sociedade. Mutante, violência designa, pois – de acordo com épocas, locais e circunstâncias –, realidades muito diferentes, violências toleradas e violências condenadas.

A maior dificuldade para conceituar a violência vem do fato de esta palavra constituir um fenômeno da ordem do vivido e cujas manifestações provocam ou são provocados por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia. Neste sentido, e tendo em vista o objetivo deste estudo, convém compreender que a violência cometida contra criança e adolescente, refere-se a um evento social que sempre existiu na história da Humanidade.

Entretanto, a compreensão atual acerca da violência tem dimensões “multifacetadas,” sendo considerada por especialistas e organizações humanitárias como uma questão epidêmica. A agressão deixa muitas marcas em suas vítimas, nem sempre visíveis ao primeiro olhar. A criança e o adolescente que sofrem a violência doméstica deixam transparecer alguns sinais que servem de alerta. Quando a violência é praticada no meio familiar, Azevedo e Guerra (1998, p. 33) a denominam como violência doméstica, visto que sempre representam:

Atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Desta forma, para Azevedo e Guerra (1998), a família apresenta-se como o primeiro grupo em que os seres humanos são inseridos, e, por isso, o principal responsável pelo processo de socialização dos indivíduos. Diante de tal incumbência, espera-se que nela se estabeleçam laços baseados no amor, no carinho e na proteção. Um espaço que nutra a formação da identidade do indivíduo e onde possa ser conduzido a trilhar seu caminho da maneira mais saudável possível.

De acordo com a Constituição Federal (CF), a família é a sustentação da sociedade. Este papel lhe imputa uma proteção especial por parte do Estado, desde a sua formação, visto que garante aos cidadãos, uniões civis e dá efeito civil em enlaces religiosos, como se pode constatar no Art. 226, inciso 3º “para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.” (BRASIL/CF, 1988).

Ainda de acordo com a Constituição Federal (BRASIL/CF, 1988, p. 136), é reconhecida também como entidade familiar o grupo social formado por qualquer um dos pais e seus filhos, homens e mulheres, que têm os mesmos direitos e deveres dentro de uma relação conjugal, diante da sociedade. O Art. 226 ainda deixa claro em seu inciso 7º, que ter ou não filhos, é de inteira responsabilidade do casal, cabendo-lhe o livre arbítrio para decidir o número que deseja ter. Ao Estado compete proporcionar meios para que a prole decorrente tenha garantidos educação e saúde de qualidade, sendo também direito da família ter acesso a instituições competentes que a orientem e a amparem, caso seja vítima das mais variadas formas de violência.

Na Constituição Federal percebe-se que à criança é assegurada toda sorte de benefícios. Isto para que possa ter uma formação integral, que usufrua de um futuro digno e próspero, como cidadã brasileira, que faz parte de uma engrenagem sólida, a qual só será mantida se esta criança tiver suprido todas as suas necessidades. Isto se observa no Art. 227, (BRASIL/CF, 1988), o qual estipula que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta propriedade o direito à vida a saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analisando-se o cap. II, Art. 15, a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade (BRASIL/ECA, 1990). No entanto, esses direitos muitas vezes lhes são negados no meio social e principalmente na família, lugar onde deveriam sentir-se seguros e bem orientados. O respeito

à criança e ao adolescente ainda está longe de ser, de fato, um dever cumprido pela sociedade, pois a maioria cruza os braços diante de situações que ferem a dignidade dos que são menos favorecidos, dos desprotegidos e abandonados pela própria família, sofrendo todo tipo de humilhação e violência.

De acordo com o ECA, em seu Artigo 19 (BRASIL/ECA,1990), desde o seu nascimento a criança tem o direito de fazer parte de uma família, da qual deve desfrutar de todo e qualquer benefício. O núcleo familiar também tem a obrigação de manter suas crianças e adolescentes distantes de situações perigosas, bem como de elementos tóxicos. Como é possível constatar, toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias tóxicas e/ou entorpecentes.

No ECA (1990), assim como na Constituição Federal (1988), os filhos naturais e adotivos têm os mesmos direitos, não podendo existir nenhum tipo de discriminação entre ambos. O direito de guarda da criança será exercido em igualdade de condições por ambos os pais e, havendo alguma discordância por uma das partes, terão direito de procurar as autoridades judiciais especializadas, para que tal discordância seja sanada.

Os Artigos 22 e 23 (BRASIL/ECA, 1990), dispõem que é dever dos pais sustentar, guardar e educar os filhos menores, cumprindo-se determinadas obrigações judiciais. Caso não tenham meios financeiros para este sustento, isto não constituirá motivo para perda ou suspensão de guarda, pois a criança ou adolescente permanecerá em sua família de origem, a qual deverá ser incluída em programas sociais mantidos pelos órgãos governamentais. O Artigo 24 esclarece que o descumprimento sem justificativa do que dispõe o Artigo 22, em relação aos deveres e obrigações dos pais com os filhos menores, implicará na perda e suspensão do pátrio poder, o qual será decretado judicialmente.

Em conformidade à Seção II, Art. 25 do ECA (BRASIL, 1990), a família da criança e do adolescente deve ser formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, mas a realidade nem sempre é essa. Toda criança e adolescente tem direito a uma família que pode ser natural ou substituta, mas o que se constata é que muitos menores são abandonados pelos pais, até mesmo recém-nascidos, sendo muitos deles criados pelos avós, tios, pais substitutos, em abrigos para menores e, ainda, existem aqueles que vivem nas ruas, sem nenhuma perspectiva de vida. Diante da vasta garantia de direitos salvaguardados no ordenamento jurídico, deve-se tomar medidas efetivas para que se cumpra rigorosamente o que está escrito em Lei, no que diz respeito ao dever da família para com o menor de idade.

A família é um espaço íntimo, onde os integrantes procuram refúgio sempre que se sentem ameaçados. No entanto, é no núcleo familiar que também acontecem situações que modificam a vida do indivíduo, deixando marcas irreparáveis em sua existência – uma dessas situações é a violência doméstica contra a criança e o adolescente. Por conseguinte, falar do tema da violência familiar e sua relação com a agressividade no âmbito escolar, requer reflexões sobre as referências da construção da violência como fenômeno social:

A violência contra a criança, muitas vezes, acontece dentro do próprio lar, havendo diferentes formas de violência doméstica ou intrafamiliar, a qual é agrupada e definida como: física, sexual, psicológica e negligência. (CAMINHA, 1999, p. 76).

A violência no lar se expressa de diferentes formas. A criança como parte integrante da família, pode estar exposta à agressão direta - quando ela é o alvo da agressão, ou indireta - quando presencia tais cenas entre os pais.

Holden (1998 *apud* BRANCALHONE; FOGO; WILLIAMS, 2004, p.123-125) define que a criança exposta à violência conjugal é aquela que presencia, vê, ouve agressão contra a mãe, viu o seu resultado ou vivenciou seu efeito. Em pesquisa realizada por Corrêa e Williams (2000, p. 236) sobre o impacto da violência conjugal na saúde mental das crianças, indica que foram encontrados altos índices de depressão, agressividade, isolamento e baixa autoestima em tais crianças. Ainda referente a este assunto, D’Affonseca e Williams (2003) em pesquisa sobre intervenção psicoterapêutica com crianças vítimas de violência física intrafamiliar, encontraram resultados que correspondem à presença de comportamento agressivo nas crianças, dentre os indicadores da ocorrência de abuso físico.

Figueiredo (2004, p.13) destaca que há um grande número de crianças que testemunham a violência doméstica. O autor demonstra que uma das importantes razões pelas quais filhos de mães agredidas apresentam um quadro de distúrbio, trata-se do fato de terem presenciado a uma cena de violência doméstica contra a própria mãe, sendo isto uma experiência traumática.

Algumas dificuldades que podem decorrer do fato de se presenciar violência doméstica são ilustradas no estudo comparativo de famílias violentas e não violentas e estresse maternal, indicando uma significativa prevalência de problemas comportamentais e reduzida competência social em crianças expostas à violência familiar. Os resultados obtidos no estudo de Figueiredo (2004) discutem as diretrizes conceituais e teóricas sobre crianças expostas ao conflito conjugal e à violência. Tal autora ressalta que as crianças podem aprender modelos cognitivos e comportamentais a partir de modelos ou cópias de eventos diários, incluindo-se a observação de seus pais em situações interparietais. Assim sendo, a

família tem uma importante influência na aquisição de modelos agressivos, pelas crianças. Pais que utilizam a punição estão mostrando a seus filhos que a violência é uma forma apropriada de resolução de conflitos e de relacionamento entre homens e mulheres.

Gomide (2003) assinala que os comportamentos aprendidos na primeira infância em interações com os outros são automaticamente usados em novas situações. De acordo com a autora, por meio dessa aprendizagem, a criança adiciona táticas de agressão, podendo aprender a manipular, persuadir, coagir e mostrar, desde o início, comportamentos antissociais, além de expor tais comportamentos em interações sociais com seus pares, fora do lar. Assim, o comportamento agressivo de crianças e adolescentes está inserido dentre os problemas apresentados à violência doméstica.

Destaque-se que estes estudos chamam a atenção para algumas diferenças comportamentais apresentadas pelas crianças, segundo o gênero, como consequência da violência doméstica. Neste sentido, Dornelles (2003) ressalta que foram encontrados maiores escores de problemas de comportamento em meninos do que em meninas, da mesma forma que diferenças sobre os tipos específicos de comportamento. A autora assinala, ainda, diferenças em relação à identificação de papéis familiares, segundo o gênero, com algumas famílias registrando ausência da figura paterna. Características importantes constatadas entre os adultos: progenitores adolescentes, jovens, vivendo responsabilidades de adulto, elevado padrão do uso abusivo de drogas, ausência de aleitamento materno e gravidez não desejada.

Neste mesmo estudo de Dornelles (2003), realizado em escolas da região metropolitana de São Paulo/SP, observou-se um predomínio de negligência, que configura outras formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes. Esta forma de violência está entre as que são cometidas de forma intencional, sem o agressor apresentar justificativa para praticá-la. Durante a observação da autora, a mãe configurou-se como sendo a maior agressora e, simultaneamente, a principal cuidadora da criança. Esse trabalho evidenciou ainda que a criança mais atingida foi a do sexo masculino, de etnia branca, demonstrando lesão e apresentando longo período de convivência com o agressor, que sempre era alguém muito próxima a ela.

Oportunamente, é importante registrar que pesquisas acerca de comportamento agressivo de crianças e adolescentes apresentam dados que o relacionam à violência doméstica. Meneghel, Giugliani e Faceto (1998) investigaram tal relação, especificamente, num estudo comparativo entre alunos considerados agressivos e não-agressivos de duas escolas (pública e privada), em Porto Alegre/RS. Pelos dados obtidos, constatou-se que a maioria das famílias pesquisadas possuía precária inserção socioeconômica, com baixo nível

de escolaridade, com elementos desempregados, trabalhando no mercado formal e/ou informal. Eram predominantemente da região central de Porto Alegre, demonstrando uma diversidade de arranjos e fragilidade em suas relações intrafamiliares, com confusão de papéis e disputa de autoridade.

A violência é um fenômeno socialmente construído e compartilhado pela condição humana, de acordo com os arranjos societários de que emerge. Pode ser entendida como produto de relações sociais construídas de forma desigual e geralmente materializada contra pessoas que se encontram em desvantagens física, emocional, econômica, social e ambiental.

É nesse emaranhado de implicações da construção do fenômeno da violência, que a Escola é frequentemente convocada para responder ou receber demandas em sua função de instituição de ensino e de socialização de crianças e adolescentes. Isso porque toma crianças e adolescentes como seres que, em razão do ciclo de vida, são depositários de esperanças, de forma que a Escola se transforma em ambiente e espaço privilegiado, como instituição capaz de desenvolver novos padrões culturais e paradigmas de civilização, como a construção de uma cultura para a paz, por exemplo.

A violência na Escola tem sido tema de investigação e estudo de especialistas em todo o Mundo. No Brasil, diferentes análises sobre a violência nas escolas públicas trazem indicadores bastante preocupantes, sendo considerada como um dos fatores causais da vulnerabilidade das escolas públicas em nosso País. Figueiredo (2004) afirma que 55,6% das escolas sofrem problemas de roubo, furto, vandalismo e/ou agressão ao patrimônio, no mínimo uma vez ao ano. Para ilustrar a citação, o autor remete a uma notícia veiculada pelo jornal Folha de S. Paulo, no qual a violência na Escola é assim retratada:

Aluno é morto com 4 tiros na escola (24/2/99); Inspetora é baleada em escola em São Paulo (13/3/99); Estudante armado agride colega de classe (27/3/99); Estudante é morto com tiro em escola – adolescente de 17 anos é baleado no peito e garota de 14, atingida no pé (20/4/99). Por essas reportagens, há de se inferir que a violência na escola é algo insustentável. (Folha de S. Paulo, 2000 *apud* FIGUEIREDO, 2004).

Entretanto, qual seriam as variáveis envolvidas em tanta violência nas escolas? Figueiredo (2004) aponta como causa a crise que a educação vem passando, quando exprime:

A crise da educação, tem sido estudada em seus aspectos pedagógicos, políticos, administrativo e financeiro. O chamado fracasso de educação brasileira faz com que a população considere esse problema, juntamente com o do salário mínimo, como o mais grave com o qual se defronta o país. Ao mesmo tempo, o aumento dos índices de violência permite prever que, em pouco tempo, o problema passará a ocupar, com a educação, o primeiro lugar na pauta das inquietações da população.

De acordo com as considerações aqui levantadas, cabe predizer que as consequências da violência doméstica podem ser graves, razão pela qual é importante a compreensão de tal comportamento. Nesse sentido, o presente estudo justifica-se fundamentalmente pelo propósito de decifrar o impacto da violência doméstica sobre a agressividade escolar como um sinalizador da existência de problemas com crianças que se encontram em situação de risco, contribuindo, assim, com dados e informações, de forma a facilitar a elaboração de estratégias de prevenção e atuação na área educacional.

2 AGRESSIVIDADE ESCOLAR: O QUE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA TEM A VER COM A SITUAÇÃO?

2.1 DO TEMA AOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base na influência que a violência doméstica pode ter no processo ensino-aprendizagem, esta pesquisa traz como *tema* “A relação entre violência doméstica e a agressividade escolar.” Neste contexto, a delimitação do tema proposto consistiu em investigar as crianças do 3º ano das séries iniciais, da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) *Primavera*, que apresentam comportamentos agressivos no ambiente escolar, possuem um histórico de exposição à violência familiar (física, verbal e psicológica).

A violência doméstica é um problema social que atinge diversos lares em todo o mundo. Desta maneira, convém observar as causas da violência na escola-campo, partindo da seguinte *problemática*: Qual a percepção de Pais e/ou Responsáveis acerca da possível relação maus-tratos familiares e agressividade escolar? O Aluno que apresenta comportamento agressivo na escola também possui a mesma conduta em casa? Como a Coordenação Escolar tenta resolver casos de agressividade escolar? O Professor consegue identificar os fatores responsáveis por comportamentos agressivos dos alunos?

Isto posto, a *hipótese* concernente ao problema consiste em afirmar que a exposição das crianças à violência familiar aumenta a incidência de comportamentos agressivos na Escola. Para preservar a identidade da escola pesquisada, dos educandos, pais e equipe técnica, optou-se por intitular a escola-campo com um nome fictício, atribuindo a ela a seguinte designação: Escola Municipal de Ensino Fundamental *Primavera*.

Como *objetivo geral* desta pesquisa, procurou-se investigar se as crianças do 3º ano das séries iniciais da EMEF *Primavera* que apresentam comportamentos agressivos, quando comparadas a crianças que não apresentam tais comportamentos, têm histórico de maior incidência de exposição à violência familiar. Quanto aos *objetivos específicos*, consistiram em identificar se existe relação entre a violência familiar e o comportamento agressivo de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, além de verificar de que forma Escola e família organizam-se para equacionar os casos de violência no âmbito escolar.

No que se refere à *justificativa* do presente estudo, reside em que um dos maiores problemas enfrentados nas escolas é o alto índice de violência, sendo costumeiro ver no meio televisivo reportagens retratando tal situação. Neste sentido, estudos realizados pelo Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (2005) revelam os motivos que levam ao alto

índice de violência nas escolas como reflexo dos problemas familiares, correspondendo a agressões físicas e verbais. Os diagnósticos que aparecem nos telejornais, em sua maioria, condicionam a violência como sendo extraescolar, isto é, tráfico de drogas, brigas de gangues, dentre outros. É neste ponto que pode ser definido o foco investigativo da pesquisa, estabelecendo um paralelo entre a violência familiar e os comportamentos agressivos de alunos do 3º ano de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, retratada oportunamente.

Quanto aos *procedimentos metodológicos*, há que se considerar inicialmente que um estudo não pode prescindir do apoio de técnicas e de instrumentos de pesquisa adequados, que permitam a aproximação ao objeto de estudo. Assim, para Marconi e Lakatos (2001, p. 43), pesquisa pode ser considerada “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir realidades parciais.”

Pesquisa é a construção de conhecimento original de acordo com certas exigências científicas. Para que um estudo seja considerado científico, deve-se obedecer aos critérios de coerência, consistência, originalidade e objetivação, de maneira que uma pesquisa científica, segundo Goldemberg (1999, p.106), não pode prescindir de elementos como: “a existência de uma pergunta que se deseja responder; a elaboração de um conjunto de passos que permitam chegar à resposta e a indicação do grau de confiabilidade na resposta obtida.” É por esta razão que a pesquisa é um procedimento reflexivo e crítico que busca respostas para problemas ainda não solucionados.

Com base na natureza do objeto investigado, esta pesquisa é de caráter qualitativo, pois apresenta características essenciais ao tema investigado, o qual exige atenção direcionada aos sujeitos envolvidos. Para tanto, o estudo abordará técnicas de observação direta extensiva, utilizando-se como instrumento de pesquisa Questionário e Formulário. Inicialmente, o Questionário é constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador, enquanto o Formulário consiste em um roteiro de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele, com a resposta do pesquisado. (MARCONI; LAKATOS, 2001, p. 107).

Foram aplicados 15 (quinze) Formulários para Alunos (APÊNDICE A) e Questionário não somente à Professora (APÊNDICE B), como também aos Pais e/ou Responsáveis pelos alunos (APÊNDICE C) e à Coordenadora Pedagógica (APÊNDICE D). O Formulário foi composto por perguntas fechadas e coaduna-se bem à faixa etária dos estudantes envolvidos – entre 7 e 8 anos de idade, cursando o 3º ano do Ensino Fundamental.

Marconi e Lakatos (2001) fizeram uma série de recomendações úteis à construção de um Questionário. Assim, destaca-se que tal instrumento foi construído em blocos temáticos, obedecendo a uma ordem lógica na elaboração das perguntas, sendo elas abertas (Coordenadora Pedagógica e Professora) e fechadas e abertas (Pais e/ou Responsáveis dos alunos), em linguagem compreensível à média da população estudada. Na formulação das perguntas, evitou-se a possibilidade de interpretação dúbia, de sugestão ou indução da resposta, focando apenas uma questão para ser analisada pelo informante, com apenas as indagações relacionadas aos objetivos da pesquisa; eliminaram-se itens que, de antemão, já se sabe que não seriam respondidos com sinceridade.

Após o trabalho de coleta de dados, as informações foram organizadas e categorizadas, identificando-se as que foram mais relevantes para o estudo. A análise ocorreu por meio de repetidas leituras para confrontar com os princípios teóricos que nortearam a pesquisa, para posterior tabulação dos dados e construção das respostas para elucidação do problema.

2.2 DO *LOCUS* AOS SUJEITOS DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2016 e teve como *locus* a Escola Municipal de Ensino Fundamental *Primavera*, na turma 311 A, do 3º ano do Ensino Fundamental. Das pretensas escolas viáveis para aplicação da pesquisa, a escolhida foi a que apresentou melhores condições para a investigação, por apresentar índice de queixa escolar centrada na agressividade dos alunos, fato pelo qual recaiu sobre ela a escolha como campo do estudo.

A Escola Municipal *Primavera* localiza-se no bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - nome oficial, mas que popularmente é chamado de Perpétuo Socorro, foi criado pelo Decreto n. 0672/1984 (AMAPÁ, 1984, p. 3), apesar de sua designação original ter sido “Igarapé das Mulheres.” Localizada na orla do Rio Amazonas, que banha a cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, atualmente o bairro apresenta problemas sociais que se avolumam com o passar dos anos, tais como: conflito fundiário; falta de segurança pública; desenvolvimento de atividades produtivas inadequadas em área de fragilidade ambiental; ausência de rede de esgoto; ocupação urbana em áreas úmidas; erosão e assoreamento; fragilidade (riscos) no sistema de captação de água (MACAPÁ/PMM, 2004). Essa situação tem revelado que o Poder Público, pouco ou quase nada fez para reduzir esses problemas geradores de pobreza, demonstrando que apesar de o Perpétuo Socorro ser um lugar

estratégico, por ficar próximo do centro comercial e das atividades de atendimento ao público, ainda não recebeu a devida atenção.

Às imediações da Escola *Primavera* situa-se uma área de ressaca, habitada por moradores de risco, cuja ocupação e uso no bairro constituem uma situação emblemática, pois falta planejamento habitacional. Todavia, pelo fato de o local estar próximo ao centro da cidade e dos serviços públicos, constitui oferta tentadora de se ter um lugar para morar (preços baixos), o que determinou o interesse dos moradores em ocupar aquela área.

O bairro em apreço também foi apontado como sendo o 3º mais populoso da cidade, apresentando grande heterogeneidade com relação à distribuição de renda e outras características sociais. Segundo o Plano de Intervenção na Orla de Macapá (MACAPÁ/PMM, 2004) o bairro é considerado como sendo prioritário nas ações de política urbana e social. Isso em função de apresentar elevados índices populacionais, bem como taxa de pobreza, próximos aos 50% (ROCHA, 2002).

Observa-se também neste bairro um intenso comércio de abastecimento realizado por embarcações de pequeno porte (passageiros e cargas). Pratica-se a venda de pescados e gêneros alimentícios oriundos das ilhas vizinhas pertencentes ao Amapá e outros Estados, tal como o Pará, notadamente o município de Afuá, com forte participação no entorno fluvial.

2.3 ESTRUTURA E HISTÓRICO DA EMEF *PRIMAVERA*

Conforme o Histórico da EMEF *Primavera* (AMAPÁ, 2002), sua criação ocorreu nos anos de 1980, sendo fundada por religiosos da Igreja Católica. A escola foi construída para atender à reivindicação dos moradores da comunidade que almejavam ver seus filhos estudando. Edificada em madeira, naquela ocasião a escola possuía quatro salas de aulas, um banheiro e uma copa, com atendimento limitado à etapa pré-escolar, tendo como primeira diretora uma professora da rede pública de ensino. Ressalte-se que as informações dos nove parágrafos subsequentes foram obtidas do documento recém mencionado.

Assim, por falta de alguns recursos a escola ficou paralisada por algum tempo, voltando a funcionar mais tarde, num prédio alugado pela PMM, em frente a uma Igreja Católica. Portanto, na mesma rua do bairro onde recebeu uma denominação não oficializada, contava com salas bem amplas, atendendo dessa forma uma clientela mais numerosa. Nesse período, além da Pré-escola, foram incluídas duas turmas de 1ª série do então 1º Grau, quando então por meio do Decreto n. 326/91 – PMM (AMAPÁ/PMM, 1984), a escola recebeu nova designação e um professor assumiu a direção até 1994.

No início do ano letivo de 1992, as três salas de aula existentes no prédio foram ampliadas e construídas mais cinco, com três delas destinadas para salas de aulas e as demais para a diretoria e secretaria da escola, sendo a obra foi concluída e entregue no final daquele ano. Com a ampliação das salas, houve a possibilidade de se ofertar mais vagas para a comunidade, ficando assim distribuída: duas turmas do pré-escolar, quatro turmas de 1ª série e duas de 2ª série. Em 1993 com as três salas recém-construídas e em funcionamento, aumentou o número do alunado, ficando constituída da seguinte forma: 02 (duas) turmas do pré-escolar, 06 (seis) de 1ª série, 03 (três) de 2ª série e 01 (uma) de 3ª série. Em 1994 modificou-se a estruturação, havendo duas turmas do pré-escolar, cinco 1ª série, três 2ª série, uma 3ª série e uma 4ª série. Observa-se, portanto, pelos dados que gradativamente foram implantadas no estabelecimento as quatro primeiras séries do então 1º Grau. Quanto à direção escolar, entre 1994 e 1996, assumiu este cargo uma professora do quadro de pessoal da PMM.

O atendimento da clientela no ano de 1994, constituía-se das seguintes modalidades: 3º período do pré-escolar, as quatro primeiras séries do antigo 1º Grau, e ainda naquele mesmo ano, implantou-se no município de Macapá e na escola, o Ensino Supletivo, amparado pelo Parecer n. 023/94 – Conselho Estadual de Educação (CEE). Com a ampliação desta modalidade, a escola passou a funcionar nos três turnos.

Quanto ao Ensino Supletivo, no ano de 1996 ocorreram algumas alterações no Parecer n. 023/94 – CEE, adequando a nomenclatura de Supletivo, para Educação de Jovens de Adultos (EJA). No ano seguinte foi criado o Conselho Escolar, formado por representantes de pais, professores, alunos e funcionários, cuja função é de atuar com o núcleo de direção, no processo de gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola.

Em 1997, assumiu a direção um professor do quadro efetivo da escola. Naquela gestão, em 1999 com a publicação do Decreto 101/99 –, considerando o que dispõe o Inciso I, Artigo 21 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, providenciou-se e foi encaminhada para o Conselho Estadual de Educação toda a documentação necessária para o processo de regularização do estabelecimento de ensino. Assim, houve a efetivação com a publicação do Decreto n. 01/2000 – CEE, ano em que ocorreu a construção de uma sala para a biblioteca e outra para os professores.

A partir de maio de 2000, uma professora efetiva da própria escola assumiu a direção, permanecendo no cargo até 2008. Em 2001 a PMM iniciou a construção de uma sala de aula, uma cozinha e um refeitório, mas a obra só foi concluída e entregue no início do ano 2002. Com a construção da nova sala de aula, a clientela que em 2001 totalizava 555 alunos, passou para 663, havendo um acréscimo em relação à oferta de vagas para a comunidade, em torno

de 19%. Ainda naquele ano de 2002, foram instalados cinco condicionadores de ar nas seguintes dependências: secretaria, diretoria, sala do serviço Técnico-Pedagógico, biblioteca e sala dos professores. Ademais, a escola foi contemplada com instalação de computador, sem acesso à Internet, mas de grande utilidade para a organização e agilidade das atividades escolares, auxiliando tanto no processo pedagógico como nas ações administrativas.

Em 2008, foi implantado na escola o Ensino Fundamental de nove anos e formadas três turmas, totalizando 90 alunos nessa nova etapa da Educação Básica. Cabe ressaltar que nos anos de 2003, 2004, 2006 e 2007 não houve grandes alterações quando se trata de quantitativo de alunos de turmas e modalidades. Também foi implantado na escola o Programa “Mais Educação”, do Ministério da Educação (MEC/FNDE). De 2009 até 2011 outra professora assumiu a direção, realizando atividades já existentes na escola.

Naquela gestão foi implantado o Anexo, que funciona no prédio da Associação de Idosos do Estado, pois a demanda havia aumentado e os pais exigiam mais vagas na escola para seus filhos. Algumas salas de aula foram climatizadas e adquiridos alguns equipamentos como: 01 *data show*, 02 máquinas xerox, 01 bebedouro em inox grande, todos provenientes de verbas arrecadadas em eventos promovidos pela escola. Foi também ampliado o Laboratório de Informática Educativa (LIED), porém sem êxito em funcionar até 2012, com alunos de 1º ao 5º ano, somente com alunos da EJA.

Em 2012, outra professora assumiu a direção e a escola ficou com 725 alunos do Ensino Fundamental, do 1º e 2º ciclo, do 1º e 5º ano e da EJA, funcionando com turmas no prédio da escola e no anexo. Foi implantado o Plano de Desenvolvimento da Escola/PDE Interativo, atualizado o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e construídos novos projetos para funcionar em 2013, tal como a implantação da Rádio Comunitária. Registrou-se também a ocorrência de pinturas com grafiteagem na sala do Programa “Mais Educação,” em cujas áreas efetuaram-se reforma no piso da cozinha e do depósito de merenda, além de revestimento de azulejo no balcão de servir lanche, implantação da sala de Educação Especial, com sala específica e aquisição de mobiliário, reformas de acessibilidade na biblioteca, nos banheiros e alargamentos de portas. Foram adquiridos equipamentos como: 12 quadros magnéticos, 02 televisores de 29 polegadas, 02 aparelhos de DVD, 02 *micro-system*, 02 freezers, 01 exaustor para a cozinha, 02 centrais de ar-condicionado, 08 ventiladores para salas do anexo, 10 violões, material didático, limpeza e expediente; merenda de qualidade nos três turnos, obedecendo ao cardápio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Em razão do funcionamento da Rádio Comunitária na sala do Programa “Mais Educação,” foram

adquiridos: 01 ar-condicionado, 01 aparelho de telefone, secretária eletrônica, 02 microfones, 01 computador e 01 mesa com 04 cadeiras.

Em 2013 substituiu-se a direção da escola por outra professora, que permaneceu até o ano de 2014, empreendendo gestão caracterizada pela democracia, respeito, valorização, compromisso e companheirismo com todos os funcionários. Em 2015 a nova diretora estava dando continuidade às ações da escola, com a implantação do Mural da Transparência, e estava realizando eventos de qualidade, melhorando a merenda dos alunos, a limpeza da escola, planejando as atividades e, em cumprimento ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o educandário foi contemplado com os programas “Escola Sustentável” e “Mais Culturas nas Escolas,” sendo aprovado o PDE Interativo para 2014/2015.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

Ainda por intermédio de dados fornecidos pelo Histórico da EMEF *Primavera* (AMAPÁ, 2002), foi possível melhor entendimento do público atendido. Da mesma forma, pôde-se compreender como se dão alguns aspectos pertinentes à relação Escola/comunidade, que vem caracterizando a educação brasileira, com indicadores agravantes na qualidade do processo ensino-aprendizagem em todo o País. Aqui em Macapá, essa é uma realidade, pois vários fatores contribuem para o fracasso escolar, conforme consta no referido documento.

A comunidade em que a escola está inserida caracteriza-se pela sua carência econômica. Do total de alunos, 60% são filhos de pais desempregados, que sobrevivem de atividades econômicas informais, sem nenhum rendimento financeiro fixo, sendo insuficiente para garantir a alimentação da família, o vestuário, calçados, material escolar etc. A rotatividade de alunos na escola sempre acontece, visto que 30% são advindos de outras escolas, porque os pais mudaram de bairro, de cidade, ou são provenientes de outros Estados e até de outros países, na tentativa de uma vida melhor no Amapá. Muitas vezes ocorre de os alunos não permanecerem na escola, se os pais enfrentarem situação de difícil superação.

Observou-se também que a participação da comunidade nas ações da escola ainda não é o ideal. Isto porque 40% dos pais são ausentes – muitos pais dizem não ter tempo para participar de encontros na escola; outros têm vergonha de expressar opiniões; alguns não gostam de participar de reuniões, os motivos divergem. Assim, os pais contribuem pouco com a escola na melhoria do processo educacional de seus filhos.

Por ocasião da conversa inicial entre as pesquisadoras e a Direção/Coordenação da escola, ambas salientaram que o educandário está sempre de portas abertas para atender

alunos, pais, e comunidade, pois tem como objetivo contribuir à formação de alunos críticos participativos e conhecedores da sua realidade, para que desta forma tenham possibilidade de lutar para transformar a situação de seu meio social.

Os sujeitos da pesquisa foram subdivididos em categorias, sendo assim apresentados: Alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, Professora da turma do 3º ano do Ensino Fundamental, Coordenadora Pedagógica da EMEF *Primavera* e Pais e/ou responsáveis dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental. Cada categoria foi interpretada e analisada a fim de responder à hipótese do estudo e atender os objetivos propostos.

2.4.1 Categoria: Alunos do 3º ano do Ensino Fundamental

A turma 311 da EMEF *Primavera* era composta por 28 (vinte e oito) alunos, com idade entre 7 e 8 anos. Deste universo, foram selecionados 15 (quinze) deles para responder aos Formulários. A triagem foi realizada com a ajuda da professora regente da turma, que indicou quais alunos possuíam comportamentos agressivos, com concomitante observação da rotina diária na sala de aula pelas pesquisadoras.

Após identificar os sujeitos da pesquisa, iniciou-se a aplicação da Técnica de Observação do comportamento dos alunos, que ocorreu dentro da sala de aula, durante o recreio e na área externa da escola. Foi possível identificar, ainda, que a maioria dos pesquisados, que se envolveram em confusões com outros alunos são do gênero masculino (67%), contra 33% do gênero feminino.

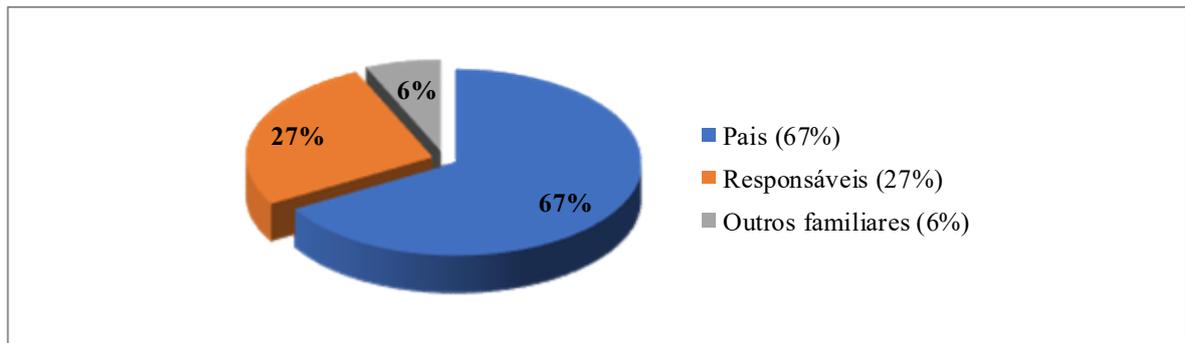
Desta forma, observou-se que as atitudes de alguns deles geravam conflitos na sala, de maneira a perturbar toda a dinâmica da aula. Os/as alunos/alunas agredidos/as levantam para revidar, gritavam, chamavam a professora a todo o momento, muitas vezes brigavam e a docente se via obrigada a interromper a aula, para mediar e cessar os conflitos.

Logo que entravam na sala, começavam a brigar por causa dos assentos. Durante a aula brigavam por causa de apelidos, provocações e tomada de materiais e objetos uns dos outros, gritavam pedindo licença ou empurravam o colega porque estava empatando sua visão do quadro. A todo o momento se ouvia: “*professora, fulano pegou meu lápis;*” “*professora, fulano ‘tá’ na minha frente;*” “*professora, fulano jogou bolinha de papel em mim;*” “*professora, fulano me bateu, me apelidou.*” Por diversas vezes a regente da turma teve que interromper a aula para mediar conflitos entre os alunos, e com bastante paciência e firmeza, na maioria das vezes contornava a situação e dava prosseguimento à dinâmica da aula proposta para o dia.

Após a conclusão da fase de Observação, procedeu-se à aplicação do instrumento de pesquisa Formulário. As perguntas aplicadas aos alunos tinham sempre o objetivo de identificar quais deles poderiam estar sendo vítimas de violência doméstica, com o intuito de avaliar se os comportamentos ora descritos tinham alguma relação com a violência sofrida.

Na primeira questão retratada no Gráfico 1, indagou-se com quem moravam. Identificou-se que 67% residiam com os pais, já 27% moravam somente com um dos pais, enquanto 6% responderam que moravam com outros parentes, conforme a seguir:

Gráfico 1 – Você mora com quem?



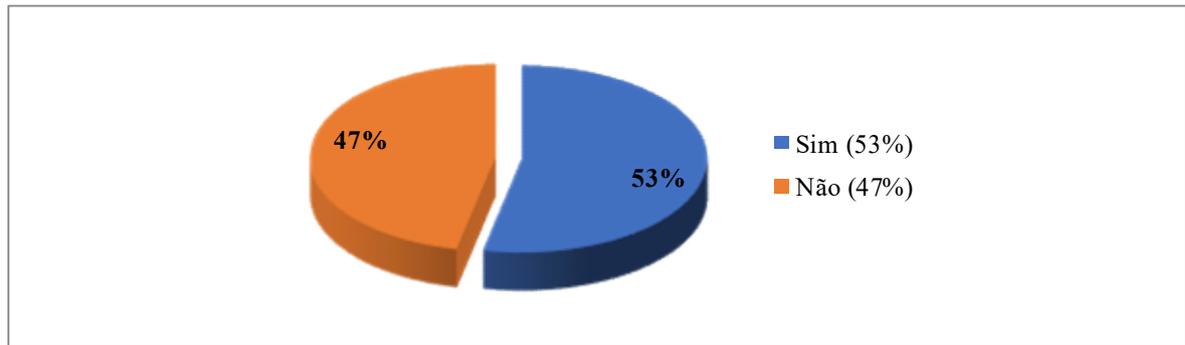
Fonte: Elaboração das autoras, com base na pesquisa de campo (2016).

Em análise ao Gráfico 1, remete-se a Lyra, Constantino e Ferreira (2010, p. 149), para quem a família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos e o espaço indispensável para a garantia do desenvolvimento e proteção integral de crianças, adolescentes e dos demais membros. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao bem-estar das pessoas, e onde os valores éticos e os laços de solidariedade começam a ser absorvidos e aprofundados.

Destaca-se que dos envolvidos na pesquisa, 67% convivem em famílias baseadas na estrutura tradicional, constituída por pai, mãe e filhos. Porém é muito comum hoje vermos famílias organizadas somente por um dos pais, chamadas famílias monoparentais, nas quais se destaca principalmente a mãe como provedora. Há também as famílias constituídas por netos e avós; outras reconstruídas com a presença de padrastos, madrastas e os filhos dos respectivos casamentos anteriores. (LYRA; CONSTANTINO; FERREIRA, 2010).

Em segundo plano, perguntou-se aos alunos se já haviam sofrido algum tipo de violência em casa, esclarecendo-lhes quais são os tipos de violência e as diversas formas que elas se manifestam (que pode ir desde uma palmada, xingamentos e abandono). Assim, 53% responderam que sofrem nenhum tipo de violência, em oposição a 47% que afirmaram não sofrer alguma forma de agressão em casa:

Gráfico 2 – Você já sofreu algum tipo de violência em casa?



Fonte: Elaboração das autoras, com base na pesquisa de campo (2016).

Para discutir os dados do Gráfico 2, menciona-se que atualmente a violência no âmbito familiar está cada vez mais frequente. Por isto, Azevedo e Guerra (2001) definem violência física como todo ato de uso da força, com o objetivo de magoar e deixar marcas evidentes. Esses atos são praticados por meio de surras, beliscões, puxões de orelhas, tapas, deixando ou não marcas evidentes, podendo a vítima chegar a óbito.

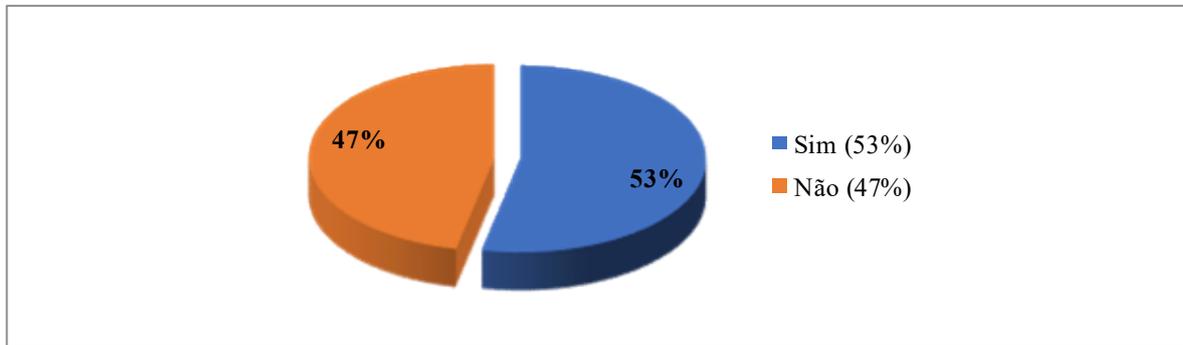
Ao aplicar essa pergunta aos sujeitos, verificou-se que praticamente todos já haviam recebido algum tipo de violência física, pelos mais diversos motivos - por não cumprirem algumas ordens, por exemplo, lavar a louça do almoço, ou quando o pai chega bêbado em casa. Eles relataram que já receberam tapas e/ou surra dos pais e já sofreram algum tipo de agressão verbal, como: xingamentos e humilhações. Neste caso, Azevedo e Guerra (2001) designam como violência psicológica, que consiste em toda interferência negativa do adulto sobre as crianças, fomentando-lhes comportamento destrutivo. Existem mães que sob o pretexto da disciplina ou dar boa educação, sentem prazer em submeter os filhos a vexames; sua tarefa mais urgente é interromper a alegria de uma criança com gritos, queixas, comparações negativas, palavrões, chantagem, dentre outros, o que pode prejudicar a autoconfiança e autoestima.

Esses tipos de violência envolvem o medo, a vergonha e a culpa. A vítima, por não possuir apoio em casa, não encontra ajuda para denunciar seu agressor, e as pessoas que convivem com ela podem perceber ou desconfiar da agressão, mas por acharem que estariam invadindo a privacidade do outro, acabam também não denunciando.

Embora os adultos sejam socialmente responsáveis e autorizados a exercer poder protetor sobre crianças e adolescentes, esse poder deve ser exercido de forma adequada. No entanto, é ainda corrente em instituições brasileiras - família, Escola, Igreja, serviços de assistência e de ressocialização - a defesa e o exercício de uma educação perversa, de submissão de crianças e adolescentes ao poder autoritário, arbitrário e violento dos adultos.

No terceiro momento a questão referia-se à possibilidade de o aluno observar brigas em sua casa. Verificou-se que 53% já haviam observado vários conflitos dentro de casa, contra 47% que disseram nunca ter presenciado brigas:

Gráfico 3 – Em sua família tem brigas?



Fonte: Elaboração das autoras, com base na pesquisa de campo (2016).

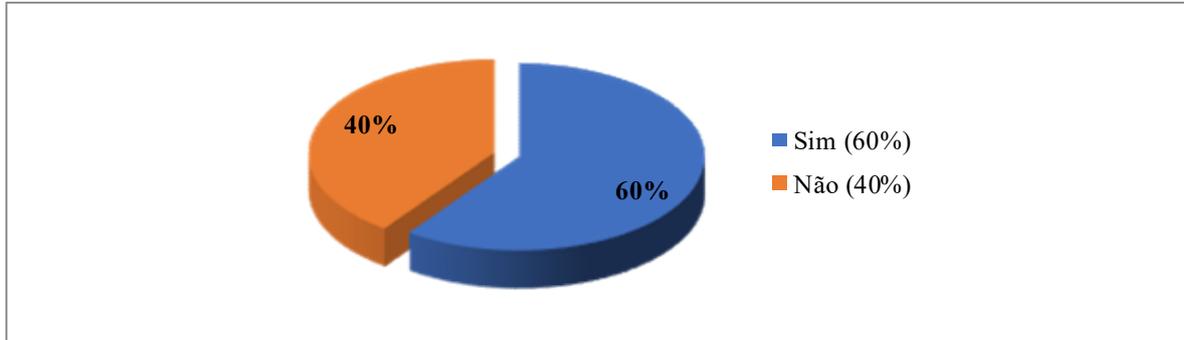
Os resultados no Gráfico 3 referem-se à constante exposição e ao convívio diário com brigas e desavenças no âmbito familiar, presenciados pela maioria das crianças pesquisadas, fornecendo o parâmetro para que fossem associados ao comportamento agressivo de alguns alunos. Esses comportamentos puderam ser observados *in loco* pelas pesquisadoras, assim como foram expressos pela Professora regente e pela Coordenadora Pedagógica, esta última recebendo queixas de brigas e confusões que ocorrem frequentemente na escola.

A literatura estudada evidencia que crianças expostas à violência tendem a reproduzir comportamentos agressivos no ambiente escolar. Para Vecina e Ferrari (2002, p. 28), “a criança necessita de uma relação efetiva estável para ir, por intermédio dela, construindo sua identidade,” ou seja, necessita de uma família equilibrada e protetora para que seu processo de identificação não seja conturbado. Isto porque, crianças e adolescentes que presenciam intensamente conflitos conjugais podem desencadear comportamentos reprodutores da violência vivida diariamente, reproduzindo o comportamento agressivo ou negligente dos pais (ARAÚJO, M., 1996).

O ambiente familiar conflituoso e desequilibrado pode afetar a vida dos filhos que presenciam suas mães serem agredidas por seus parceiros, ou que presenciam seus pais ou responsáveis fazendo uso de drogas lícitas ou ilícitas. As crianças expostas a este ambiente, podem vir a desenvolver vários problemas, repercutindo no desenvolvimento mental, emocional e até na sua aprendizagem.

Em um quarto momento, quando se perguntou aos alunos envolvidos se eles já haviam brigado na escola, 60% responderam que já tinham se envolvido em algum conflito, enquanto 40% nunca brigaram:

Gráfico 4 – Você já brigou na escola?



Fonte: Elaboração das autoras, com base na pesquisa de campo (2016).

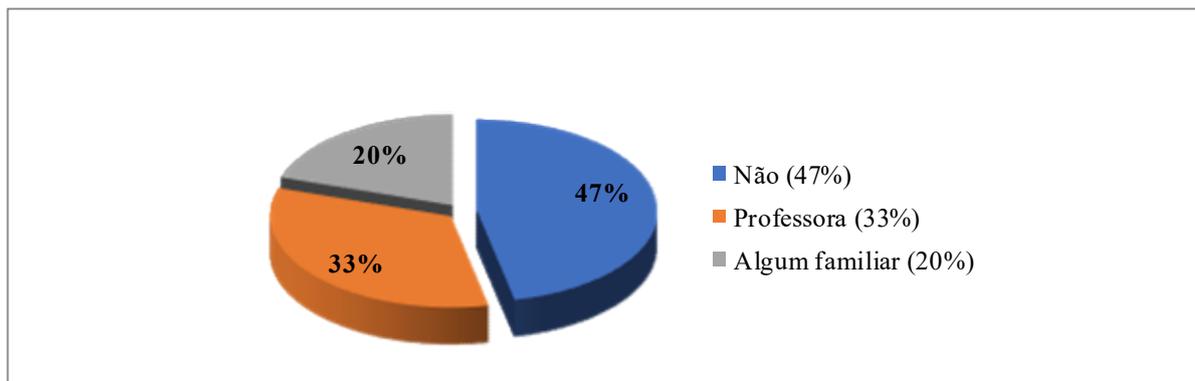
É possível observar no Gráfico 4 que as crianças pesquisadas estão expostas ao ambiente familiar sobrecarregado de brigas e violência. Tal fator facilita a reprodução deste quadro dentro da Escola. A criança começa a aprender na família a viver em grupo e a compreender as diferenças individuais, tendo segurança para conviver em sociedade. Mas, para que isso ocorra de maneira salutar, torna-se imprescindível que a família lhe dê subsídios e segurança para que ela se desenvolva de forma natural e saudável. Medeiros (1998, p. 31) refere-se que a família dialeticamente articulada à estrutura social, constitui-se de um espaço imprescindível para a garantia da sobrevivência, de desenvolvimento e da proteção integral de seus componentes, independentemente das múltiplas formas e desenhos que pode assumir.

As atitudes de indisciplina praticadas pelos sujeitos podem ter relação com a violência vivida dentro de casa. Entretanto, outras razões devem ser levadas em conta ao analisar os comportamentos desses alunos, pois conforme Garcia (2005), além de “constituir um “problema,” a indisciplina na Escola tem algo a dizer sobre o ambiente escolar e sobre a própria necessidade de avanço pedagógico e institucional. Assim, a indisciplina deve ser analisada levando em consideração todos os aspectos que influenciam o indivíduo: relações humanas com familiares e amigos, momento histórico do aluno, sua história de vida e a conduta apresentada durante as atividades em sala de aula e no contexto escolar. O autor conclui que é preciso levar em consideração “o modo como o aluno desempenha as atividades pedagógicas e a maneira como interage com as demais pessoas, objetos, patrimônio público, meio ambiente.” Assim, é viável prever que crianças e adolescentes que testemunham a

violência e/ou que são agredidos pelos pais e/ou responsáveis, tendem a ser agressivas e ter os mesmos comportamentos fora de casa, principalmente na Escola.

Devidamente baseado nas questões anteriormente apresentadas aos alunos, pode-se formular a quinta indagação: se quando ocorria algum problema familiar (brigas, discussões e outros) em sua casa, se eles relatavam a alguém esses fatos. Obteve-se que 47% não dividem o problema com ninguém; 33% conversam com a professora e 20% afirmaram que conversavam com pessoas da família:

Gráfico 5 – Você fala para alguém sobre a violência que sofre em sua casa?



Fonte: Elaboração das autoras, com base na pesquisa de campo (2016).

Depois do ambiente familiar, a Escola é o local onde a criança fica um longo período. O Gráfico 5 indica o quão é importante que a relação professor/aluno seja a mais verdadeira possível, haja vista que 33% dos pesquisados recorreram à educadora diante de seus problemas. Por isto, a postura da Escola e dos professores não pode ser neutra, deve-se optar por uma educação que estimule o aluno e a família a atuarem como sujeitos de direito, que devem ser respeitados como um todo. Isto porque a forma com que o aluno é tratado na família e na Escola trará reflexos no seu desempenho escolar e social.

Para 47% dos casos, os alunos têm medo de expressar seus problemas e preferem ficar calados, com receio de alguma represália por parte dos pais e/ou responsáveis, ressalvando que apenas 20% preferem falar de seus problemas a “algum familiar.” Constatou-se durante a pesquisa que a preocupação em não buscar ajuda e não falar diretamente acerca da violência sofrida no seio da família é por conta das retaliações que sofrem. Eles demonstram estar passando por alguma dificuldade em casa, emitindo comportamentos agressivos ou até mesmo ficam tímidos e introvertidos.

Assim, diante do resultado apresentado, é possível inferir que a própria vítima não faz denúncia da violência sofrida, e acaba por tolerar tais ato, fazendo uma espécie de “pacto de silêncio,” que conforme Guerra (2005, p. 32) consiste:

[...] numa transgressão do poder disciplinador do adulto, convertendo a diferença de idade adulto *versus* criança/adolescente, numa desigualdade de poder intergeracional; numa negação do valor liberdade, exigindo que a criança/o adolescente sejam cúmplices do adulto, num pacto de silêncio; num processo que aprisiona a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, submetendo-os ao poder do adulto, coagindo-os a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões deste.(...) Como esta pertence à esfera do privado, a Violência Doméstica acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo.

De acordo com Guerra (2005), os alunos vítimas de violência doméstica, que estão à mercê do poder dos pais e/ou responsáveis, ao manter sigilo sobre os maus-tratos sofridos, contribuem para que essas atitudes de violência doméstica não sejam denunciadas. Por isto, essas atitudes ficam ocultas por muito tempo e, na maioria das vezes, nunca são denunciadas nem mesmo por parentes ou pessoas próximas, favorecendo este círculo vicioso.

2.4.2 **Categoria:** Professora da turma 311-A e Pais e/ou Responsáveis pelos alunos

2.4.2.1 A Professora

A Professora regente da turma 311-A, que funcionava no horário matutino na EMEF *Primavera*, foi identificada pelo nome fictício de “Maria,” que trabalhava na escola como professora do Contrato Administrativo havia três anos, na ocasião da pesquisa - 2016, atuando nos dois turnos com turmas de séries diferenciadas. A referida professora estava formada havia 10 anos no Curso de Licenciatura em Pedagogia e tem Pós-Graduação em Educação Especial. Quanto ao desenvolvimento de suas aulas, relatou que procura ministrá-las de forma diversificada e sempre buscando atender às necessidades de seus alunos, apesar de algumas vezes não contar com a ajuda de alguns pais, principalmente daqueles que apresentam comportamentos agressivos.

2.4.2.2 Pais e/ou Responsáveis pelos alunos

Foram envolvidos na pesquisa 15 (quinze) Pais e/ou Responsáveis dos alunos do 3º ano da EMEF *Primavera*, aos quais se utilizou como instrumento de pesquisa um Questionário. A abordagem foi realizada no momento em que chegavam à escola para deixar ou buscar seus filhos, possibilitando assim identificar quem eram os responsáveis pelos alunos envolvidos no estudo. Quando houve dificuldade, a professora regente da classe ajudou também a identificá-los. No momento da aproximação das pesquisadoras junto aos envolvidos, alguns deles mostravam-se arredios, envergonhados e não queriam muita conversa, porém, com discrição e disposição, foi possível alcançar êxito.

Destaque-se ainda que o Questionário usado para a coleta dos dados deveria ser respondido sem a presença das pesquisadoras. Não obstante, identificou-se que alguns estavam com dificuldade em respondê-los, pois não sabiam ler nem escrever, e/ou não compreendiam as perguntas (analfabetos funcionais), necessitando desta forma de auxílio na resolução dos questionamentos. Dividiu-se o instrumento de pesquisa em dois blocos – o primeiro traçou o perfil socioeconômico dos familiares dos alunos, e o segundo constou de assertivas referentes ao tema deste trabalho.

2.4.2.3 Da aplicação do Questionário à Professora da turma e aos Pais e/ou Responsáveis pelos alunos, tratando da relação violência doméstica/agressividade escolar

Os dados coletados com a aplicação do Questionário foram apresentados por meio de excerto das falas dos pesquisados e categorizados sob dois pontos de vista: a concepção da Professora e a dos Pais e/ou Responsáveis pelos alunos sobre a agressividade infantil, no ambiente escolar.

Preliminarmente caracterizou-se o perfil socioeconômico dos Pais e/ou Responsáveis dos alunos, identificando inicialmente a faixa etária dos pesquisados, que esteve no percentual de 67% com idade entre 18 e 40 anos, enquanto 33% possuíam entre 41 e 60. Em relação à escolaridade, apenas 33% deles concluíram o Ensino Médio completo, 27% concluíram o Ensino Fundamental e 13% nunca estudaram, ressalvando-se que 27% não haviam completado a escolaridade.

Constatou-se que 60% dos Pais e/ou Responsáveis exercem atividade remunerada, revelando-se com o maior percentual as profissões de empregada doméstica (37%) e pedreiro (27%); quanto ao percentual remanescente, pode ser enquadrado em “outras profissões.”

As demais indagações contidas no instrumento de pesquisa utilizado foram comuns à Professora e aos Pais e/ou Responsáveis pelos alunos, conforme apresentação a seguir:

Quadro 1 – Comportamento da criança que interfere no processo ensino-aprendizagem	
Sujeitos	Resposta
Professora	A agitação dos alunos.
Pais e/ou Responsáveis	A falta de atenção dos filhos às aulas e a bagunça que fazem na escola.

Fonte: Elaboração das autoras, com base na pesquisa de campo (2016).

Neste primeiro questionamento, Professora e Pais e/ou Responsáveis possuem a mesma compreensão quando se refere aos comportamentos das crianças que interferem no processo ensino-aprendizagem, porém o desempenho escolar da criança deve ser analisado,

considerando-se não apenas suas características pessoais, mas também seu ambiente familiar. Isto porque no âmbito da aprendizagem há diversos fatores que podem contribuir, tanto para o sucesso quanto para o fracasso educacional, de modo que tal compreensão deve ser observada de forma sistêmica, analisando-se seu contexto familiar, escolar e social.

Quando perguntado acerca da reação dos sujeitos diante de situações de agressividade e indisciplina em sala de aula, ambas as categorias responderam que a Escola faz o chamado aos pais e/ou responsáveis para resolver qualquer situação difícil que envolva as crianças, haja vista o seguinte quadro:

Quadro 2 – Reação da Professora perante agressividade e indisciplina em classe	
Sujeitos	Resposta
Professora	Chama o aluno, conversa e encaminha ao Serviço Técnico-Pedagógico.
Pais e/ou Responsáveis	São convocados pela Coordenadora ou pela Professora para conversar, porém não dispõem de tempo para comparecer à Escola, pois trabalham no horário em que são chamados.

Fonte: Elaboração das autoras, com base na pesquisa de campo (2016).

A Professora focou sua queixa inicial acerca da agressividade dos alunos, indicando aqueles que constantemente se envolviam em brigas corporais com os colegas, desrespeitando os adultos, manifestando grande agitação e não realizando as tarefas escolares. Para amenizar esses atritos e dar fluência às aulas, a Professora conversava com os alunos envolvidos nos conflitos, e quando esta ação não era suficiente, os encaminhava ao Serviço Técnico-Pedagógico da escola, para que os pais e/ou responsáveis fossem convocados a comparecer para uma conversa.

No que se refere à existência de impulsos agressivos, consta que são inerentes à constituição do ser humano, como esclarecem os psicanalistas Klein (1972) e Winnicott (1987a). Segundo esses autores, o modo e as razões de a agressividade se destacar no funcionamento psíquico – gerando a delinquência e o comportamento antissocial na vida adulta –, constituem um processo que se inicia precocemente e está estreitamente ligado ao desenvolvimento infantil.

Para Klein (1972), a criança começa bem cedo a vivenciar os conflitos, com suas pulsões destrutivas, já no final do primeiro ano de vida e início do segundo. Trata-se de uma experiência dolorosa, marcada por tensão, angústia, culpa e medo. Quanto menor a capacidade da criança em tolerar estes sentimentos, maior a necessidade de bani-los de seu mundo interno, projetando-os para fora. Com isso, o ambiente passa a representar um perigo em potencial, já que se torna o depositário de sentimentos fortes e destrutivos da criança, despertando-lhe mais angústia. A autora explica que o comportamento antissocial viria a aplacar esta angústia, considerando que as represálias sofridas em função da agressividade

confirmariam a fantasia de um mundo perigosamente mau, e as punições também minimizariam a ansiedade e a culpa sentidas inconscientemente, pelo fato de provocarem sentimentos ruins no mundo externo.

Conforme Winnicott (1987b), as crianças que manifestam tendência antissocial são aquelas cujo desenvolvimento vinha caminhando bem, até que por algum motivo, foi perdido algo que nutria sua segurança psíquica. A agressividade constitui, então, um pedido, uma reivindicação ao ambiente para o retorno ao ponto em que houve falha no desenvolvimento, a fim de dar curso ao que foi interrompido. Seja na mentira, seja no furto ou na depredação, a manifestação da tendência antissocial revela a necessidade de reconhecimento externo daquilo que faltou e do suprimento dessa falta, vivida como experiência dolorosa. Deve-se considerar que uma criança agressiva não o é o tempo inteiro – seus impulsos de destrutividade surgem nos períodos de esperança, ou seja, quando o meio lhe transmite elementos de confiabilidade. Por isso mesmo, o autor aponta a Escola como ambiente propício à manifestação agressiva, nos casos em que a criança: 1) não encontrou continência necessária aos seus impulsos no seio familiar; e 2) apresenta esperança e confiança de que a Escola possa cumprir essa função.

A Professora atribuiu a ocorrência de agressividade dos alunos na escola a problemas em casa ou na família. Para Azevedo e Guerra (1998), a violência doméstica pode ser detectada a partir de algumas ocorrências escolares como: ausência frequente, falta de atenção e de concentração e comportamentos como apatia, passividade, agressividade e choro, podem ser indicadores significativos de abuso.

Para Ristum (2010), as crianças que testemunham violência e/ou que são agredidos pelos pais, tendem a ser agressivas e a ter os mesmos comportamentos antissociais fora de casa, principalmente na Escola, a qual possui meios para modificar esse cenário violento. Nesta mesma linha de pensamento, Siqueira e Dell’Aglío (2007) expõem que os padrões aprendidos pelos filhos tendem a se repetir, uma vez que a violência passa a ser a principal forma de mediar as relações entre os membros dessas famílias, que se estende para o meio social.

Deve-se salientar que nesta etapa da pesquisa, observou-se o quanto a Professora era encorajada pela Direção a ouvir a família, com todas as suas queixas. Todavia, é raro que os pais e/ou responsáveis pelos alunos que apresentam problemas de comportamento apareçam espontaneamente para conversar com a professora. Entretanto, quando comparecem às convocações, depositam na docente e na Escola, uma carga expressiva de angústia, argumentando que a Instituição deve-se responsabilizar em “fazer alguma coisa.” Há pais que

pensam que a Escola é que tem o dever dar educação e se eximem dessa função, o que é verdadeiramente negativo para o sucesso dos alunos e de todo o processo escolar.

Em se tratando da relevância das ações conjuntas Escola/Família na solução de conflitos em classe, os sujeitos expressaram-se da seguinte forma:

Quadro 3 – Relevância de ações conjuntas Escola/Família à solução de conflitos em classe	
Sujeitos	Resposta
Professora	É importante na prevenção dos problemas de comportamento do educando.
Pais e/ou Responsáveis	Ajuda os pais a saber lidar com as dificuldades dos filhos.

Fonte: Elaboração das autoras, com base na pesquisa de campo (2016).

Sabe-se que ações que poderiam modificar o comportamento agressivo desses alunos, estão intrinsicamente ligadas à atenção individualizada ao aluno, evidenciando que as dificuldades apresentadas pelas crianças consideradas agressivas, exigem disponibilidade e manejo específico, bem como a impossibilidade de fazê-lo em sala de aula, juntamente com o restante da turma. Além disso, conversar com o aluno/família favorece a compreensão e importância do papel da participação da família na vida escolar de seus filhos.

A Professora expressou em sua fala que alguns pais e/ou responsáveis não comparecem às reuniões, pois não querem ouvir sobre o mau comportamento de seus filhos e nem se preocupar com ações corretivas.

Neste contexto, observou-se que a Escola tem tentado a efetivação de uma parceria com a família. Assim, a escola-campo tem procurado atrair os pais e/ou responsáveis pelos alunos com o objetivo de ajudá-los a se tornar mais envolvidos com seu próprio processo de aprendizagem para, conseqüentemente, obter o esperado sucesso escolar.

Não obstante a sonhada parceria entre a família e a Escola, quando essas se encontram, afloram os conflitos que fazem com que ambas troquem acusações, nas quais os pais responsabilizam os professores pelo não aprendizado dos alunos, enquanto os professores culpam grande parte dos pais e/ou responsáveis pelo insucesso. Contudo, não se pode refletir sobre esta problemática, de forma reducionista. É preciso saber, também, o que os pais e/ou responsáveis pelas crianças têm a dizer sobre sua aparente falta de compromisso com o comportamento escolar dos respectivos filhos.

Notoriamente, os sujeitos da pesquisa concordam acerca da importância desse estreitamento de relação entre as instituições, sendo claro que não existe uma única forma correta de envolver os pais nas atividades escolares. Para Marques (2010), as escolas devem procurar oferecer alternativas variadas que se adaptem às características e necessidades das

comunidades que são cada vez mais heterogêneas. Este contato é importante e deve incluir reuniões gerais, mas sobretudo os encontros a dois (pais e/ou responsáveis com a Professora/Coordenadora).

No que se refere ao tipo de agressão mais frequente entre os alunos, o quadro a seguir apresenta as seguintes respostas:

Quadro 4 – Tipo de agressão mais frequente entre os alunos	
Sujeitos	Resposta
Professora	Agressões físicas e verbais.
Pais e/ou Responsáveis	Agridem seus filhos física e verbalmente.

Fonte: Elaboração das autoras, com base na pesquisa de campo (2016).

No decorrer da pesquisa empírica, foi possível detectar que as crianças e suas mães ou responsáveis, já sofreu algum tipo de violência doméstica, quer seja física, psicológica, maus-tratos, dentre outros. Para Wanzinack e Signorelli (2015), a infância exposta à violência é associada à vitimização e perpetuação da violência em relações futuras e que ambos os gêneros têm um papel ativo nesse processo. Pode-se, então, relacionar a agressividade dos alunos, objeto deste estudo, como reprodução daquilo que vivenciam em seus lares.

Wanzinack e Signorelli (2015, p. 117) definem violência doméstica como aquela que ocorre dentro do lar permanente da vítima, que pode ter como agressor ou agressora: o/a cônjuge, o/a filho/a, o pai ou a mãe, ou homens e mulheres que habitam a mesma casa. Os autores ressaltam ainda que a violência doméstica pode não ser realizada apenas pelo cônjuge atual, mas também pode ocorrer pelo ex-marido/companheiro ou ex-esposa/companheira, por mais que não habite a mesma casa.

Ainda segundo Wanzinack e Signorelli (2015), tal fato não pode ser tomado como um determinismo, ou seja, nem sempre crescer em uma família violenta significa que no futuro as famílias que serão constituídas também serão marcadas pela violência. Porém, observa-se que meninos que crescem sob um modelo de masculinidade, em que homens agredem com frequência suas companheiras, tendem a reproduzir esse comportamento em suas futuras famílias. O mesmo ocorre com meninas que crescem em cenários de violência doméstica permeados por casos de agressão física ou verbal e na desigualdade de tratamento entre os filhos homens e as filhas mulheres, tendem a naturalizar as manifestações violentas.

Uma das maneiras primordiais de lutar contra e prevenir a violência doméstica é facilitar o acesso à informação e ao conhecimento sobre o tema a todas as pessoas. Neste contexto, a Escola possui papel essencial no combate às diferentes formas de violência a que estão submetidas crianças e adolescentes. Para Faleiros e Faleiros (2008), a Escola tem também a função de atendimento, ou seja, de proteger seus estudantes crianças e adolescentes

contra qualquer violação de seus direitos e de propiciar condições de pleno desenvolvimento escolar, mental, psicológico, sexual, moral e social. Os autores enfatizam que essas responsabilidades não são exclusivas da Escola, mas de toda a Rede de Proteção, da qual ela é parte integrante e na qual tem papel preponderante.

Após identificar quais os tipos de agressão mais frequentes entre os alunos, buscou-se investigar se já havia registros de casos de violência contra a Professora e quais as providências adotadas por seus pais e/ou responsáveis, redundando no seguinte Quadro:

Quadro 5 – Agressão ao professor praticado por aluno	
Sujeitos	Resposta
Professora	Não sofre agressão, mas os alunos não gostam de ser chamados atenção e demonstram isso em suas feições.
Pais e/ou Responsáveis	Nunca foram chamados pela professora por esse problema.

Fonte: Elaboração das autoras, com base na pesquisa de campo (2016).

Com base nas respostas dadas e em conversa com a Professora durante a pesquisa, foi possível depreender que, dentro de seus limites, ela vem cumprindo seu papel, pois busca conversar e compreender as razões dos comportamentos agressivos dos alunos. Ela afirma que “ser professora” requer afinidade com a profissão, pois se depara com vários problemas, diante dos quais precisa ser muito mais que mera educadora.

Apesar dos conflitos existentes em sala de aula entre os alunos, averiguou-se o grau de afetividade na relação professor/aluno, como mostrado a seguir:

Quadro 6 – Grau de afetividade na relação professor/aluno	
Sujeitos	Resposta
Professora	Procura dar atenção aos alunos e ter um bom relacionamento com eles.
Pais e/ou Responsáveis	Os filhos não reclamam da professora.

Fonte: Elaboração das autoras, com base na pesquisa de campo (2016).

Embora os comportamentos agressivos estejam presentes no cotidiano da turma pesquisada, Professora e alunos possuem bom relacionamento, ratificado na resposta dos Pais e/ou Responsáveis, que não manifestaram queixa. Foi possível perceber que a Professora demonstra interesse em ajudar os alunos, priorizando o diálogo com eles, principalmente com aqueles considerados passando por alguma dificuldade. Caso não obtenha resultado, chama os pais para conversar e, como última alternativa, leva o caso para a Direção da escola, que faz os devidos encaminhamentos.

Para Freire (1996, p. 98), a presença do professor, que não pode passar despercebida aos alunos na classe e na Escola, é uma presença, em si, política. A Professora tem-se esforçado em desempenhar o seu papel, em busca do desenvolvimento que possibilitará aos educandos a construção de sua autonomia, sua emancipação e sua liberdade, bem aos moldes

da concepção freireana. Ainda segundo a Professora, as crianças que frequentam a escola-campo são carentes, em todos os sentidos, necessitando de atenção, e é lá que a maioria delas encontra algum carinho e percebe, na figura da professora, apoio para seus problemas.

Tendo como perspectiva o objeto de estudo desta pesquisa, diligenciou-se a respeito da interferência de comportamentos agressivos na aprendizagem escolar, tal como se vê:

Quadro 7 – Interferência de comportamentos agressivos na aprendizagem escolar	
Sujeitos	Resposta
Professora	O aluno não se concentra na aula e não entrega as atividades, o que acarreta notas baixas e a provável retenção na série.
Pais e/ou Responsáveis	Interfere, pois os filhos não se comportam na classe, não fazem atividades e os pais são chamados pela professora para conversar.

Fonte: Elaboração das autoras, com base na pesquisa de campo (2016).

Observa-se nas famílias dos pesquisados que muitos deles vivem em ambiente em que a violência doméstica é tida como algo “normal,” e acabam por naturalizar tal manifestação, ou seja, a violência faz parte da família.

Klein (1972) afirma que, durante as brincadeiras, as crianças costumam expressar a sua agressividade em atitudes reveladoras. Assim sendo, é preciso observar o contexto em que a criança está inserida para, a partir daí, compreender em que situações a agressividade se manifesta. Comportamentos estes que não são manifestados somente pelas ações físicas, podendo ocorrer igualmente no nível da linguagem oral. Assim, não é preciso bater ou dar um soco em alguém para ser considerado agressivo. A agressividade oral é ainda muito comum nas famílias e no ambiente escolar – ambas as formas reduzem a autoestima e prejudicam substancialmente o desenvolvimento da criança.

A agressividade nas escolas gera indisciplina e, conseqüentemente, o ensino e a aprendizagem são prejudicados, pois segundo Poppovic (1980) os professores têm dificuldades em estabelecer limites no ambiente escolar e não sabem quando devem intervir nas situações em que esses comportamentos ocorrem. Não obstante, a agressão que o aluno dirige para quem quer que seja, à professora, aos colegas, à Direção, tem uma mensagem e precisa ser escutada. A autora reforça que quando o professor percebe que seu aluno está agressivo, deve colocar-se a escutá-lo. Castigá-lo reforçará tal comportamento agressivo, uma vez que algumas crianças preferem atenção negativa a nenhuma atenção.

Neste sentido, faz-se necessário buscar reflexões sobre o papel da família, da Escola, e de toda a sociedade frente a este problema que se agrava em grande dimensão. Isso tendo em vista que tanto a Escola quanto os professores precisam entender e exercer o seu papel social, comprometendo-se com a transformação do indivíduo em desenvolvimento.

Lima (1984, p. 31) relembra que o dever de criação abrange as necessidades biopsíquicas do filho. Tal aspecto está vinculado à satisfação das demandas básicas, tais como os cuidados na enfermidade, a orientação moral, o apoio psicológico, as manifestações de afeto, o vestir, o abrigar, o alimentar, o acompanhar física e espiritualmente ao longo da vida. Crianças que são devidamente assistidas por suas famílias em todos esses aspectos, possuem maiores chances de alcançar o sucesso escolar.

Ambas as categorias de sujeitos concordam que a agitação das crianças é um dos quesitos que interferem no processo ensino-aprendizagem, à medida que desencadeia uma desconcentração para as atividades. Conclui-se que a intranquilidade vivenciada em casa pelos alunos acaba sendo estendida ao ambiente escolar, prejudicando-o.

Tratou o último questionamento de analisar a violência doméstica na óptica da Professora e na dos Pais e/ou Responsáveis, atribuindo-lhes perguntas diferenciadas, tal como demonstra o Quadro seguinte:

Quadro 8 – Violência Doméstica	
8.1 Óptica da Professora	Resposta
a) Identificação dos alunos que sofrem violência doméstica	Ficam retraídos, batem nos colegas por qualquer motivo, sempre estão envolvidos em brigas e discussões dentro e fora da sala de aula. São agitados e não se concentram nas atividades, estando sempre dispersos. Há também aqueles que se isolam, não interagem durante as aulas, apresentam medo e dificuldades de realizar atividades em grupo, além de faltarem bastante o que prejudica seu rendimento.
b) Medidas adotadas para auxiliar esses alunos	Encaminha os alunos ao serviço Técnico-Pedagógico da Escola, procura conversar para saber o que está acontecendo.
8.2 Óptica de Pais e/ou Responsáveis	Resposta
a) Você já deu uma palmada em seu filho?	10 responderam que sim e 5 não.
b) Em caso afirmativo, a escola já o chamou para conversar sobre o problema?	Algumas vezes foram chamados quando ficaram marcas visíveis no filho ou quando a Profa. descobre conversando com o aluno.

Fonte: Elaboração das autoras, com base na pesquisa de campo (2016).

Em análise ao Quadro 8, pode-se depreender que a aprendizagem da criança vítima da violência doméstica acaba ficando comprometida, visto que a criança internaliza o tratamento que recebe, acreditando ser merecedora dos maus-tratos. Esta situação traduz-se no medo de fazer a atividade, de tentar; na crença de que não é capaz, a criança acaba por internalizar que não conseguirá aprender.

A presença de violência nas famílias pode ser explicada por diversos fatores, dentre os quais o fato de fazerem parte de uma população imersa em uma série de fatores de risco inter-relacionados, que colaboram para a ocorrência de violência doméstica em maior escala. Dentre esses fatores podem-se destacar a pobreza excessiva, o consumo de álcool e drogas, o

baixo nível de escolaridade e o fato de a comunidade onde as famílias se encontram serem desprovidas de uma rede estruturada de apoio social. Entretanto, estes fatores de risco não são determinantes para o desenvolvimento da violência doméstica, e não devem ser utilizados como justificativa para tais práticas.

Segundo Azevedo e Guerra (2001), o uso de punição corporal é, muitas vezes, embasado em crenças e normas culturais presentes na rede social. Essas crenças e normas culturais consideram que o uso da punição corporal seja uma forma aceitável de disciplina e refletem um desconhecimento da legislação em vigor que visa proteger crianças e adolescentes contra esses abusos.

Os Pais e/ou Responsáveis pelos alunos que integraram este estudo, admitiram ter cometido alguma forma de violência contra os filhos, nas mais diversas situações: durante realização do dever de casa; em casos de desobediência ou para reprimir “malcriação.” Acredita-se que esse número pode ser bem mais expressivo, considerando que alguns pais omitem informações a esse respeito. O Artigo 5º do ECA (BRASIL, 1990) preconiza que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. No entanto, os castigos físicos e as tão difundidas palmadas ainda fazem parte da realidade infantil brasileira.

Com o objetivo de conter esses abusos, e em complementação ao ordenamento jurídico existente, em 26/06/2014 foi sancionada a Lei n. 13.010 (BRASIL, 2014), a qual altera o ECA, para reforçar o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante; que ficou conhecida como a “Lei da Palmada,” sendo denominada posteriormente como Lei Menino Bernardo, que foi vítima de assassinato, em tese, cometido pelo próprio pai do menino. Pelo texto, a criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Culturalmente, os pais têm o costume de bater nos filhos como forma de educá-los. Diante disso, a Lei ora mencionada fez-se necessária para estabelecer e considerar inaceitável qualquer tipo de violência, acabando a cultura que considera aceitável o uso de castigos físicos nas relações familiares, fazendo com que os pais se reeduquem, para

que assim possam educar seus filhos de forma pacífica, sem o uso de castigos físicos, sendo estes banidos do meio doméstico.

Diante dos dados e analisando a pesquisa em sua totalidade, pode-se inferir que uma criança vítima de castigos corporais terá grandes chances de reproduzir em sua idade adulta tudo aquilo que passou, o tornando assim, um adulto violento e agressivo. Muito além da violência física, há ainda a violência psicológica, cometida por meio da repreensão, que é definida por Azevedo e Guerra (2001) como uma tortura psicológica, que ocorre quando pais e/ou responsáveis constantemente depreciam a criança, bloqueiam seus esforços de auto aceitação, causando-lhe sofrimento mental. Todo ato de violência, mesmo que considerado por parte dos pais como um simples corretivo, causam traumas nas crianças, de forma que o respeito que tanto desejam, transforma-se em medo e, muitas vezes, contribui para que essa criança venha ser futuramente um adulto retraído ou revoltado.

Ao contrário do que se observa, os castigos físicos não educam, e sim ensinam as crianças a resolver seus problemas com o uso da força, passando a internalizar que é possível machucar alguém desde que seja menor e mais frágil. Entretanto, quando a família é construída com um vínculo baseado em amor e afeto, os benefícios serão nítidos e concretos.

2.4.3 **Categoria:** Coordenadora Pedagógica da EMEF *Primavera*

Para compreender o papel desempenhado pela Coordenação Pedagógica no enfrentamento da agressividade escolar, foi realizado contato direto com a Coordenadora Pedagógica da escola pesquisada, que se dispôs a responder ao Questionário, contendo questões abertas. Possui Graduação em Pedagogia e Pós-Graduação em Orientação Pedagógica, e exercia suas atividades na escola havia dois anos, quando da aplicação da pesquisa, no ano de 2016.

Na apresentação dos resultados do instrumento utilizado, transcreveu-se as perguntas e respostas, visando maior fidelidade e compreensão das falas da participante:

1. Qual a sua concepção sobre violência escolar?

Violência escolar são infrações que atrapalham o andamento das atividades cotidianas da escola, como agressão física e moral, indisciplina, e falta de respeito para com colegas, professores e outros envolvidos no trabalho escolar, que possui como principal causador a desestruturação familiar e a crise de valores morais vivida atualmente pela sociedade.

O modo como a Coordenadora define violência escolar se assemelha ao constatado por Leme (2006), que realizou uma pesquisa com gestores escolares. Conforme enfatiza a autora,

a violência manifesta-se na falta de respeito para com o outro, na insatisfação para com o que está instituído e está associada a agressões físicas e morais no espaço escolar.

Qual a importância da Coordenação Pedagógica no processo ensino-aprendizagem?

O papel da Coordenação é de fundamental importância na construção de uma educação social, pois ela constitui o elo entre os projetos escolares elaborados pelos professores juntamente com a coordenação pedagógica, em busca de se efetivar uma educação mais igualitária e democrática, aos membros da sua comunidade escolar. O Coordenador Pedagógico tem a função de orientar o sentido que devem assumir as variadas atividades escolares, procurando ajudar e adequar os conteúdos programáticos e os projetos coletivos da Escola.

Diante do ponto de vista da Coordenadora, observa-se que as escolas precisam cada vez mais de profissionais responsáveis, dinâmicos e inteligentes, com habilidades para resolver problemas e tomar decisões. O Coordenador Pedagógico, no contexto da gestão democrática, é de fundamental importância, pois possui o papel de ser o articulador pedagógico. Segundo Fernandes (2010), cabe a esse profissional, no planejamento escolar, dentre outras ações, a responsabilidade de implementação da proposta pedagógica, o incentivo à participação nas ações de educação continuada, o acompanhamento do trabalho docente e a formulação de proposta para a reflexão avaliativa da equipe, com o objetivo do redimensionamento do trabalho pedagógico.

3. Como a Escola trabalha a diversidade dos alunos e o respeito entre eles?

A EMEF Primavera apresenta-se receptiva à importância da formação integral do aluno, realizando vários eventos escolares como: projetos de solidariedade, oficinas para enriquecer as habilidades artísticas e culturais dos estudantes, debates e seminários sobre questões políticas e sociais, dentre outras programações, que são acrescentadas à formação intelectual, como o Projeto “Paz na Escola,” desenvolvido para amenizar os conflitos entre alunos. Porém, apesar de todo o esforço realizado pela equipe escolar, com intuito de atenuar problemáticas relacionadas a conflitos entre alunos e professores, esbarramos na dificuldade em trazer a família e a comunidade para participar dos projetos a eles destinados.

Para Gomes (2003), pensar a diversidade vai além do reconhecimento do outro. Significa, sobretudo, pensar a relação entre eu e o outro, uma vez que a diversidade em todas as suas manifestações é inerente à condição humana: somos sujeitos sociais, históricos e culturais e, por isso, diferentes. Isso não significa negar as semelhanças. Entretanto, a existência de pontos comuns entre os diferentes grupos humanos não pode conduzir a uma interpretação da experiência humana como algo invariável. Nos próprios termos da autora: “cada construção cultural e social possui uma dinâmica própria, escolhas diferentes e múltiplos caminhos a serem trilhados.” Depreende-se, ainda, que a Coordenação Escolar juntamente com os demais membros da Instituição, procuram maneiras de intervir nos problemas do cotidiano, recorrendo a projetos que sensibilizam a comunidade escolar, mas

também ficou perceptível que apesar de todos os esforços por parte dos membros escolares, a ausência de alguns pais ainda é frequente.

4. A Escola encontra dificuldade em incentivar os alunos a trabalhar em grupo?

Em geral os trabalhos desenvolvidos pela escola possuem o objetivo de integração e preparam o aluno não somente para o aprendizado escolar, mas também para experiências de integração na sociedade. É claro que no contexto escolar sempre deparamos com alguns alunos que têm problemas relacionados à socialização, mas sempre procuramos ajudá-lo.

A importância da interação para o aprendizado, assim como para o desenvolvimento cognitivo das crianças, pode ser igualmente observada em uma pesquisa desenvolvida por Moro (1991), o qual observou a realização de tarefas por crianças em pequenos grupos. O autor afirma que para haver aprendizagem e desenvolvimento, é necessário o conflito, e para que esse ocorra, é imprescindível a confrontação de ideias opostas, que são facilmente encontradas nas discussões de pequenos grupos. No questionamento ora em apreço, a Coordenadora, deixou evidente que o trabalho em grupo ajuda desenvolver características como a de cooperação, responsabilidade e interação dentro das turmas. Porém, é notório que a Escola encontra dificuldades na integração entre os alunos.

5. Quais as reclamações mais recebidas na Coordenação por parte dos professores?

As reclamações recebidas pelo setor pedagógico são variadas. Entretanto, a maior dificuldade destacada pelos professores está relacionada à indisciplina na sala de aula e à falta de interesse por parte de alguns alunos. Quando nos deparamos com alunos que apresentam problemas frequentes, tentamos acionar os pais para um possível diálogo e buscar entender quais as possíveis causas desse comportamento. A maioria dos pais ou responsáveis atendem à nossa solicitação, e comparecem à escola. Contudo, alguns estão sempre ausentes, e não atendem aos nossos avisos. Houve casos em que foi preciso acionar o Conselho Tutelar.

A Coordenadora destacou ainda como principal elemento gerador de casos de violência na escola, a falta de integração entre família e Escola. Para a pesquisada, as famílias estão cada vez mais ausentes do seu papel de orientadoras dos filhos.

Aquino (1996, p. 40) escreveu que a indisciplina é traduzida como: “bagunça, tumulto, falta de limite, maus comportamentos, desrespeito às figuras de autoridade etc.” Tal conceito traduz a realidade das salas de aula frequentadas por alunos de diversas escolas do País, e também observada na escola-campo de pesquisa.

Segundo Gonçalves *et al.* (2005), a ação educativa que visa à formação para a cidadania, e que procura favorecer a emergência da interação social construtiva, deve estar integrada ao cotidiano escolar. Isto deve ocorrer de tal forma que gestão, coordenação, docentes e demais atores sejam capazes de aproveitar os múltiplos momentos de conflito que

surtem na escola para contribuir e estimular a construção de valores morais mais sólidos e a formação cidadã.

Desta feita, mostra-se indiscutível a importância da participação da família no processo ensino-aprendizagem, pois são os pais que ensinam aos filhos os primeiros passos, as primeiras palavras, estimulam a convivência em sociedade e a partir daí passam a contar com a escola para completar o seu aprendizado. Torna-se impossível colocar à parte Escola, família e sociedade, pois o indivíduo é aluno, filho e cidadão, ao mesmo tempo, daí que a tarefa de ensinar não compete apenas à Escola, porque o aluno aprende também com a família, amigos, pessoas que ele considera significativas, meios de comunicação, e até mesmo com o cotidiano. Assim sendo, Sousa (2008) entende que é preciso que professores, família e comunidade tenham claro que a Escola precisa contar com o envolvimento de todos.

6. Quais os procedimentos tomados pela Coordenação Pedagógica diante de algum tipo de violência física e/ou verbal envolvendo alunos ou professores?

Em relação à violência contra o professor, a escola tem registrado pequenos casos de violência verbal, em que o aluno respondeu grosseiramente. Nunca tivemos fatos envolvendo a violência física entre ambos. Em se tratando da violência entre os alunos, são comuns os casos envolvendo agressões físicas e verbais. Os procedimentos abordados pela Coordenação Pedagógica são: conversar com os alunos (tanto com os que sofrem violência como com os que cometem atos violentos), mandar chamar os pais ou responsáveis para sabermos se algo aconteceu que tenha mudado a rotina desses estudantes, para podermos entender alguns comportamentos agressivos. Também fazemos uso de uma parceria com o Conselho Tutelar, para nos ajudar nos casos mais complicados.

7. Os alunos que apresentam comportamentos agressivos são encaminhados para o Serviço Técnico-Pedagógico?

Sim. Os professores fazem o acompanhamento e encaminhamento desses alunos que apresentam agressividade exacerbada para que sejam realizadas conversas individuais com eles. Os professores identificam que os alunos que apresentam esse tipo de comportamento, geralmente sofrem violência doméstica.

A Coordenadora ressalta ainda que para combater os comportamentos agressivos, fomenta a execução de projetos que envolvam a família, a comunidade e a Escola, como o Projeto “Paz na Escola,” que integra o Projeto Político-Pedagógico da Instituição, promovendo atividades como: reuniões com os pais, trabalhos em sala de aula com os professores e alunos, exibição de filmes baseados no assunto, convocação de palestras, jogos educativos, dentre outras ações; porém, algumas famílias não acompanham a aprendizagem dos filhos e pouco se preocupam em participar das atividades propostas pela Escola.

É notório que a mudança no comportamento dos alunos pode ter ligação com o contato contínuo com a violência, seja ela direta ou indireta. Segundo Weiss (2004), esses alunos têm

o seu desenvolvimento cognitivo afetado, pois perdem o interesse pela aprendizagem, ficando, muitas vezes, agressivos ou apáticos. Nesse contexto, é de suma importância retratar que o não aprender pode expressar uma dificuldade na relação da criança com sua família, ou seja, pode ser um sintoma de algo que não está adequado na dinâmica familiar, demonstrando que a escola é um espaço de revelação e reflexos dos conflitos vivenciados pelo aluno no cenário familiar.

As relações e interações que ocorrem na EMEF *Primavera* não devem ser observadas unicamente como conflituosas ou harmoniosas. Ao contrário, elas são plurais e apresentam peculiaridades: uma mesma relação pode ter aspectos de conflito e amizade, ser negativa e positiva. Tal afirmativa foi constatada quando a Coordenadora descreve que existe violência contra o professor, todavia nunca houve agressão física.

Com relação às famílias que não atendem aos chamados da escola, percebe-se que a desestrutura familiar colabora para o comportamento agressivo e conseqüentemente para o baixo rendimento escolar dos alunos. Em estudo sobre o assunto, Silva (2010) também confirma que, na Escola, às vezes, prevalece o discurso de que o aluno é violento, porque possui uma família desestruturada. Para a autora, é considerada desestruturada a família que não se enquadra no modelo tradicional formado por pai, mãe e filhos, e é encarada como a causadora de alguns males que assolam a Escola, dentre estes, a violência.

O modelo da família brasileira tem mudado constantemente, sendo cada vez mais crescente o número de famílias formadas apenas pela mãe, que tem que assumir o papel de pai e mãe. Há também caso de crianças que vivem com os avós, ou até mesmo com o pai assumindo papel de mãe e pai ao mesmo tempo, podendo haver algum tipo de problema nessa configuração, se pais e criança não tiverem orientação ou cuidados especiais nas situações em que necessitarem. Os filhos estão sendo deixados de lado, e os pais jogando a inteira responsabilidade de educação para as Escolas e Conselho Tutelar.

Nesta esteira, ratifica-se o papel da Escola como um campo vasto e diversificado, marcado por uma série de dificuldades e nas precárias condições educacionais, sendo os alunos apenas atores a mais nesse complexo sistema, não “os culpados.” Não obstante, Abramovay *et al.* (2012) entendem que a instituição escolar ainda pode representar o lugar para se cultivar relações menos hostis, um espaço de construção de amizade e solidariedade.

Cabe predizer que o comportamento desestruturado dos membros familiares pode repercutir na relação da criança com os colegas, professores e corpo-técnico, gerando atitudes indesejáveis na Escola, como a agressividade e o baixo rendimento. Esses problemas em sua maioria, resultado de um ambiente familiar conturbado, onde a violência está presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decurso desta pesquisa foi possível abordar a problemática da violência escolar, suas causas e consequências, tendo como sujeitos alunos do 3º ano da EMEF *Primavera*, a Professora e Pais e/ou Responsáveis pelos alunos e a Coordenação Escolar. Durante a investigação, identificou-se a sua localização e área de entorno, porém foi preservado o sigilo da escola-campo, assim como também o nome dos participantes envolvidos.

O interesse em desenvolver este trabalho originou-se no decorrer dos estudos acadêmicos das autoras na disciplina Prática Pedagógica, e após visitas a algumas escolas da rede pública para a prática de Estágio Supervisionado. Nesse ínterim, dentre as pretendidas escolas viáveis para aplicação da pesquisa, a EMEF *Primavera* foi a que apresentou melhores condições para a investigação, por apresentar índice de queixa escolar centrada na agressividade dos alunos, fato pelo qual recaiu sobre ela a escolha como campo do estudo. Foi possível presenciar frequentes atritos envolvendo tanto os educandos (brigas e ofensas), quanto outros membros da instituição. Observou-se também que o comportamento agressivo desses alunos estava relacionado a alguma forma de violência sofrida no seio familiar.

O presente estudo responde ao questionamento inicial, que consistiu em afirmar que a exposição das crianças à violência familiar aumenta a incidência de comportamentos agressivos na Escola. Ao longo da pesquisa foi possível constatar que as crianças são expostas à violência doméstica praticada por seus Pais e/ou Responsáveis, vindo a apresentar em sua maioria, comportamentos agressivos no âmbito escolar, comprovadamente relatado pela Professora e Coordenadora Pedagógica, durante o *feedback* do Questionário.

Tais situações foram observadas durante a aplicação de Formulários aos alunos e na Observação de suas interações dentro e fora da sala de aula. Nesta etapa constatou-se que 53% dos alunos já sofreram algum tipo de violência em casa, atitude ratificada pelos Pais e/ou Responsáveis, quando afirmaram ter dado uma palmada em seus filhos. Este mesmo percentual de alunos afirmou ainda ter presenciado brigas no seu ambiente familiar.

Desse modo, vale ressaltar que não se pode fechar os olhos e nem mesmo negar esse fenômeno da violência doméstica, e de como tal realidade influencia sobremaneira nas relações dentro da Escola. Mas é de suma importância que os agentes escolares e o corpo Técnico-Pedagógico tenham conhecimento das diversas formas e características dessas violências, de modo a ajudar suas vítimas a combatê-la de maneira adequada, visto que para ser efetiva, a educação depende da articulação de duas instituições fundamentais: a Escola e a

família. Todavia, é preciso que essas instituições despertem o quanto antes para o enfrentamento dessas violências diárias na Escola, que dificultam a prática pedagógica e, conseqüentemente, oportunizam o déficit no processo de ensino e aprendizagem.

Foi possível igualmente constatar que a Professora da turma pesquisada, dentro de seus limites, vem cumprindo seu papel, à proporção que busca conversar e compreender as razões dos comportamentos agressivos dos alunos. Para tanto, utiliza alguns procedimentos tentando solucionar ou amenizar os reflexos dessa violência na vida dos alunos, como: incentiva-los e a seus pais e/ou responsáveis a participarem dos projetos promovidos pela Escola (que possuem enfoque na temática); atividades e trabalhos antiviolaência dentro das salas de aula; conversas individuais com os alunos; além de comunicar os fatos à Coordenação, para que os pais e/ou responsáveis sejam convocados para reuniões.

Com relação aos Pais e/ou Responsáveis dos alunos, apurou-se que maioria deles faz parte de uma classe menos privilegiada onde muitos se encontram desempregados, possuem baixo grau de escolaridade e sobrevivem com o pouco que ganham, em residências superlotadas, com pouco apoio dos poderes governamentais e, em geral, sem a assistência dos projetos sociais existentes. Constatou-se, também, que mais da metade deles admitiram ter dado uma palmada com a intenção de “educar” seus filhos, redundando que em sua maioria, a violência praticada ao invés de melhorar o comportamento de uma criança, pode gerar um efeito contrário, além de produzir sujeitos violentos, que poderão ter prejuízo na sua capacidade de se socializar, de aprender e desenvolver relacionamentos positivos, refletindo inclusive em suas relações sociais e cognitivas.

Outro ponto fundamental detectado foi ausência da participação da família dos alunos que apresentam comportamento agressivo. A Coordenadora Pedagógica ressaltou inclusive que busca manter contato com os pais e/ou responsáveis, promovendo reuniões e participação em projetos propostos pela Escola. Entretanto, os mais solicitados são os que menos comparecem, omitindo-se de suas responsabilidades, restando à Escola o papel de solucionar os problemas enfrentados por seus filhos.

A partir desse estudo, com análise dos projetos da escola-campo, do Questionário e Formulários aplicados, aliados à Observação, ficou evidente que mesmo a escola não tendo ações efetivas de enfrentamento a essas várias formas de violência, o corpo Técnico-Pedagógico juntamente com os professores, tem exercido suas funções, dividindo a responsabilidade com pais e/ou responsáveis pelos alunos, devidamente motivados para superar as dificuldades enfrentadas na instituição escolar.

Notoriamente faz-se necessária a integração efetiva entre comunidade e Escola, tendo em vista que não se pode perceber o espaço escolar e doméstico como distintos, mas que ambos intervêm sobre o outro. O aluno, figura principal do espaço escolar, deve ser compreendido com toda a atenção, principalmente aquele que apresenta alguma dificuldade. A Escola necessita buscar meios para inserir cada vez mais a família no ambiente escolar, como forma a auxiliá-la no combate à violência doméstica e suas consequências trazidas para a vida escolar dos alunos que a sofrem.

Ao final deste estudo foi possível observar que a Escola carece de subsídios necessários à promoção de um ambiente sereno, oferecendo à comunidade escolar condições para superação aos atos de agressividade na Escola. Precisa disseminar uma cultura de paz, erguida em estratégias, trabalho, amor, união, companheirismo, harmonia e muito diálogo, para minimizar os conflitos que afetam as relações entre os membros de tão significativas instituições sociais, decisivas na vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam *et al.* (Coord.). **Conversando sobre violência e convivência nas escolas**. Rio de Janeiro: FLACSO – Brasil; OEI; MEC. 2012.

AMAPÁ. Prefeitura Municipal de Macapá (PMM). **Decreto n. 0672/1984**. Cria a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) *Primavera*. Macapá, 1984.

_____. _____. **Histórico da EMEF Primavera**. Macapá, 2002.

_____. _____. **Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima: Projeto Orla**. Macapá, 2004.

AQUINO, Júlio Groppa. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. *In*: _____. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 13. ed. São Paulo: *Summus*, 1996.

ARAÚJO, Carla. **A violência desce para a escola: suas manifestações no ambiente escolar e a construção da identidade dos jovens**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Atendimento a mulheres e famílias vítimas de violência doméstica. **Perfil**, Assis, v. 9, p. 5-15, 1996.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. **A infância e a violência fatal em família**. São Paulo: Iglu, 1998.

_____; _____. **Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Iglu, 2001.

BRANCALHONE, Patrícia G.; FOGO, José Carlos; WILLIAMS, Lúcia C. A. Crianças expostas à violência conjugal: avaliação do desempenho acadêmico. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n2/a03v20n2.pdf>>.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**, Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>.

_____. **Lei n. 13.010**, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), e altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm>.

CAMINHA, Renato M. A violência e seus danos à criança e ao adolescente. **Violência doméstica**. São Leopoldo: AMENCAR, 1999.

CORRÊA, L. C. ; WILLIAMS, Lúcia C. A. **O impacto da violência conjugal sobre a saúde mental das crianças.** In: REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA, 30, 2000, Brasília. **Resumos...** Brasília: SBP, 2000.

D'AFFONSECA, M. S.; WILLIAMS, Lúcia C. A. **Clubinho:** intervenção psicoterapeuta com crianças vítimas de violência física intrafamiliar. São Leopoldo: AMENCAR, 2003.

DORNELLES, J. A. **A violência no contexto escolar em São Paulo.** São Paulo: Contexto, 2003.

FALEIROS, Eva Silveira; FALEIROS, Vicente de Paula. **Escola que protege:** enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: MEC/SECADI; Florianópolis: UFSC, 2008.

FERNANDES, Rosana C. de A. A Educação Continuada de professores no espaço e tempo da coordenação pedagógica: avanços e tensões. In: VEIGA, Ilma P. A.; SILVA, Edileuza F. (Org.). **A Escola mudou, que mude a formação de professores.** Campinas: Papyrus, 2010.

FIGUEIREDO, J. M. Escala de percepção por professores dos comportamentos agressivos de crianças na escola. São Leopoldo: AMENCAR, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Agnaldo. Psicologia da amizade na infância: uma revisão crítica da literatura recente. **Interação em Psicologia,** Curitiba, v. 9, n. 2, p. 285-294, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação,** n. 23, maio a ago, 2003.

GOMIDE, Paula I. C. Estilos parentais e comportamento anti-social. In: DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A. (Org.). **Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem:** questões conceituais, avaliação e intervenção. Campinas: Alínea, 2003.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin *et al.* Violência na escola, práticas educativas e formação do professor. **Cadernos de Pesquisa,** v. 35, n. 126, set. a dez. 2005.

GUARESCHI, Pedrinho. O que é mesmo Psicologia Social? uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny (Org.) **Diálogos em Psicologia Social.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.

GUERRA, Viviane N. de A. **Violência de pais contra filhos:** a tragédia revisitada. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA CULTURA E EDUCAÇÃO CONTINUADA (IEC). Comportamentos agressivos de crianças na escola. **Revista Educação,** São Paulo, 2005.

KLEIN, Melanie. **Tendências criminais em crianças normais:** contribuições à Psicanálise. São Paulo: Mestre Jou, v. 1, 1972. p. 197-213.

LEME, Maria Isabel. **Convivência, conflitos e educação nas escolas de São Paulo**. São Paulo: ISME, 2006.

LIMA, Taísa Maria M. **Guarda e afeto: tipo sociológico em busca de um tipo jurídico; controvérsias no sistema de filiação**. Belo Horizonte: UFMG, 1984.

LYRA, Gabriela F. D.; CONSTANTINO, Patrícia; FERREIRA, Ana L. Quando a violência familiar chega até a Escola. *In*: ASSIS, Simone G.; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Q. (Org.) **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: MEC/FIOCRUZ, 2010.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARQUES, Ramiro. **O envolvimento das famílias no processo educativo: resultados de um estudo de caso em cinco países**. Disponível em: <<http://www.eses.pt/usr/ramiro/Texto.htm>>.

MEDEIROS, Marcelo. **Olhando a lua pelo mundo da rua: representações sociais da experiência da vida de meninos em situação de rua**. 1998. 171 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto, 1998. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/83/83131/tde-25022003.../00-Pre-Textual.pdf>>.

MENEGHEL, Stela. N.; GUIGLIANI, Elsa R. J.; FALCETO, Olga. Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. Rio de Janeiro: **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, n. 2, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de S. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: **Textos básicos de saúde**, série B. Ministério da Saúde, 2005.

MORO, Maria Lúcia F. Crianças com crianças aprendendo: interação social e construção cognitiva. **Cadernos de Pesquisa**, n. 79, 1991.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família hoje: o que é a família, afinal?** Porto Alegre: ArtMed., 1996.

POPPOVIC, Ana Maria (Coord.). **Pensamento e Linguagem: programa de aperfeiçoamento para professores da 1ª série**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1980.

RISTUM, Marilena. A violência doméstica contra crianças e as implicações da escola. **Temas em RISTUM Psicologia**, v. 18, n. 1, 2010.

ROCHA, Sônia. **Pobreza, Desenvolvimento e Política Social: o caso do estado do Amapá**. Relatório preparado para o Banco Mundial (Projeto Rain Forest). Macapá, jun. 2002.

SILVA, Maria Odira. **Violência na Escola: com a palavra a família**. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA ANPED CENTRO-OESTE, 10., 2010, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: ANPED, 2010. v. 10.

SIQUEIRA, Aline C.; DELL'AGLIO, Débora D. Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 17, n. 3, 2007.

SOUSA, Maria Goreti da S. **A formação continuada e suas contribuições para a profissionalização de professores dos anos iniciais do ensino fundamental de Teresina/PI: revelações a partir de histórias de vida.** 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

VECINA, Tereza C.; FERRARI, Dalka C. A. (Org.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática.** São Paulo: Agora, 2002.

WANZINACK, Clóvis; SIGNORELLI, Marcos C. **Violência, gênero e diversidade: desafios para a educação e o desenvolvimento** (Org.). Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

WEISS, Maria Lúcia L. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem.** 10. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.

WINNICOTT, Donald W. **Agressão: privação e delinquência.** São Paulo: Martins Fontes, 1987a. p. 89-96.

_____. **A tendência antissocial: privação e delinquência.** São Paulo: Martins Fontes. 1987b. p. 127-137.

APÊNDICE A – Formulário para o aluno

1. Você mora com quem?

- meus pais outros familiares
 somente um dos pais com outras pessoas não familiar

2. Você já sofreu algum tipo de violência em sua casa?

- Sim Não

3. Em sua família tem brigas?

- Sim Não

4. Você tem amigos na escola?

- Sim Nenhum Vários

5. Algum colega já apelidou ou zombou de você?

- Sim Não

6. Você já brigou na escola?

- Sim Não

7. Você fala para alguém os problemas que acontecem em sua casa?

- Sim, para a professora Sim, para meus colegas
 Sim, para alguém da família Não

8. Quando você está com algum problema, quem lhe ajuda?

- Familiares Colegas da escola
 Professora Ninguém

APÊNDICE B – Questionário para a Professora

1. Qual comportamento por parte dos alunos interfere no ensino-aprendizagem?

R: _____

2. Quando ocorre comportamentos agressivos ou indisciplina na classe, como você reage?

R: _____

3. Você acredita que se a equipe de professores adotarem medidas conjuntas, desde o início do ano letivo, ajuda na solução dos conflitos na classe?

R: _____

4. Que tipo de agressão costuma ser frequente entre seus alunos?

R: _____

5. Você já sofreu alguma agressão por parte dos alunos?

R: _____

6. Você tem um bom relacionamento com os alunos?

R: _____

7. Você concorda que o comportamento do aluno agressivo interfere em seu aprendizado? De que forma?

R: _____

9. Como você identifica os alunos que sofrem violência doméstica?

R: _____

10. Quais as medidas adotadas para auxiliar os alunos que sofrem violência doméstica?

R: _____

APÊNDICE C – Questionário aos Pais e/ou Responsáveis pelos alunos

Leia com atenção e responda com um **X** às questões. Todas as respostas serão anônimas e servirão somente para coleta de dados desta Pesquisa. Obrigada por sua participação!

BLOCO 1

A – Perfil socioeconômico

1. Qual a sua idade?

R: _____

2. Qual é o seu sexo?

() Masculino () Feminino

3. Qual a sua raça/cor?

() Branca () Amarela
 () Preta () Indígena
 () Parda () Não respondeu

4. Você possui casa própria?

() Sim () Não

5. Quanta pessoas residem em sua casa?

() até 4 pessoas () De 5 a 10 pessoas

6. Você já presenciou algum tipo de violência onde reside?

() Sim () Não

7. Você já sofreu algum tipo de violência?

() Sim () Não

9. Você frequentou a escola até qual série?

() Ensino Médio completo () Ensino Fundamental incompleto
 () Ensino Médio incompleto () Nunca estudou
 () Ensino Fundamental completo

10. Atualmente, você está exercendo alguma atividade remunerada (trabalhando)?

() Sim () Não

Qual? _____

APÊNDICE C – Questionário aos Pais e/ou Responsáveis pelos alunos (cont.)**BLOCO 2****B – Compreensão da relação violência doméstica/agressividade escolar**

1. Qual comportamento dos filhos você entende que interferem no ensino-aprendizagem?

R: _____

2. Você já foi chamado na Escola por conta de comportamentos agressivos ou de indisciplina de seu filho na classe?

R: _____

3. Você acredita que se a equipe de professores adotarem medidas conjuntas, desde o início do ano letivo, ajuda na solução dos conflitos que envolvam os alunos na classe?

R: _____

4. Que tipo de agressão costuma ser frequente entre os alunos da turma do seu filho?

R: _____

5. Seu filho cometeu alguma atitude violenta ou agressiva contra a Professora ou algum outro funcionário da Escola?

R: _____

6. Qual o relacionamento entre seu filho e a Professora?

R: _____

7. Você concorda que o comportamento do aluno agressivo interfere em seu aprendizado? De que forma?

R: _____

9. Você já repreendeu com agressão seu filho? Qual?

R: _____

10. Em caso afirmativo, a escola já o chamou para conversar sobre o problema?

R: _____

APÊNDICE D – Questionário para a Coordenadora Pedagógica

1. Qual a sua concepção sobre violência escolar?

R: _____

2. Qual a importância da Coordenação Pedagógica no processo de ensino-aprendizagem?

R: _____

3. Como a Escola trabalha a diversidade dos alunos e o respeito entre eles?

R: _____

4. A Escola encontra dificuldade em incentivar os alunos a trabalhar em grupo?

R: _____

5. Quais as reclamações mais recebidas na Coordenação por parte dos professores?

R: _____

6. Quais os procedimentos tomados pela Coordenação Pedagógica diante de algum tipo de violência física e/ou verbal envolvendo alunos ou professores?

R: _____

7. Os alunos que apresentam comportamentos agressivos são encaminhados para o serviço Técnico-Pedagógico?

R: _____

ANEXO A – Extrato do Livro de Ocorrências da EMEF Primavera

42

Os alunos Gustavo Alden e Mykaelle Pires vieram à coordenação, pois a Mykaelle se queixa que o Gustavo lhe bate, puxa o cabelo, torce o braço. Na coordenação conversou com os alunos na presença da responsável da Mykaelle. Os alunos retornaram à sala, porém, o Gustavo pediu desculpas da sua colega.
 • Marapida Pires de Almeida (não alfabetizada)

43

12.11.14 *
 A responsável da aluna Jasmim veio à coordenação verificar o caso ocorrido no dia anterior, pois a Jasmim machucou seu colega com um fio de celular; a responsável da aluna comunicou a coordenação que a Jasmim está em processo de separação dos pais; e isso pode acarretar ^{em} problemas que vem acontecendo de indisciplina na sala.

As alunas Jhaina Cardoso dos Anjos e Emanuelle Ferreira dos Santos vieram à coordenação trazidas pela professora Gláucia Vanuzza do (3º ano (manhã)), para esclarecer uma situação ocorrida com a Emanuelle, pois houve um pequeno corte na área da sombrancelha da mesma, a tia esteve presente na conversa a Sra. Francisca Cardoso e também foi ligada para a responsável da Emanuelle. O aluno ~~Katque~~ foi citado no caso, porém, o aluno diz que não participou do caso. O responsável da aluna Emanuelle esteve aqui e ouviu o caso o Sr.

